

convergência

MAR — 1974 — ANO VII — Nº 67



- **A MULHER NA SOCIEDADE E NA IGREJA**, página 724
Irmã Judith Junqueira Villela, MJC
- **PASTORAL VOCACIONAL**, página 744
Irmã Jeanne Marie Tierny, OSU
- **AS SAÍDAS DA VIDA RELIGIOSA**, página 759
Frei Thadée Matura, OFM
- **PARA O RETIRO MENSAL**, página 769

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 5.º andar
(ZC-05) — 20 000 — RIO DE JA-
NEIRO — GB

Assinaturas para 1974:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea) :	Cr\$ 50,00
Exterior, remessa marítima	US\$ 15,00
Avulso	Cr\$ 5,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasquez, 25 Rio de Janeiro - GB.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600 — Petrópolis, RJ.



SUMÁRIO

EDITORIAL	713
INFORME DA CRB	715
A MULHER NA SOCIEDADE E NA IGREJA, Irmã Judith Junqueira Villela, MJC	724
PASTORAL VOCACIONAL, Irmã Jeanne Marie Tierny, OSU	744
AS SAÍDAS DA VIDA RELIGIOSA, RETROCESSO OU PROGRESSO, Frei Thadée Matura, OFM	759
PARA O RETIRO MENSAL, Frei Alberto Beckhauser, OFM	769
LIVROS NOVOS: A História e a Doutrina do Diaconato, Pe. J. B. Libânio, SJ	774

EDITORIAL

A pastoral vocacional adquiriu hoje um lugar profundamente eclesial. Não se quer dizer que no passado não fosse eclesial, mas certamente não havia uma consciência tão nítida. A afirmação teológica de que os dons e carismas — e entre estes a vocação religiosa — foram dados por Deus aos homens em bem da comunidade, e não em primeiro lugar para proveito pessoal, está mais consciente.

A vocação é primordialmente uma graça, uma gratuidade de Deus. O homem não tem instrumentos ou méritos para se tornar merecedor. Deus escolhe benignamente, sem interferência de ninguém. "Deus distingue seus eleitos, os predestina a serem conforme ao seu Filho, os chama, os justifica, os glorifica", **Rom 8, 28-30.**

Este foi sempre o comportamento de Deus com os profetas, os apóstolos, com os fundadores de famílias religiosas. Deus, por vezes, quase pega de surpresa o homem. Este seguia seus caminhos, seus planos, nem mesmo pensando em outros modos de viver. Subitamente o Senhor intervém, com sua graça poderosa, modifica o rumo da vida, coloca o homem numa situação de crise, isto é, de opção e escolha radical, no mais das vezes muito

difícil. Não significa que Deus tolha a liberdade da criatura. Pelo contrário, esta sob o influxo divino, descobre que, na fidelidade ao chamado está a única grande possibilidade de realização plena de sua vocação de criatura e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua liberdade. Ninguém como Deus respeita a liberdade do homem. Ao responder positivamente ao dom de Deus, o homem ou a mulher se sente investido de uma missão junto aos seus irmãos, missão esta extremamente diversificada.

Vale a pena sublinhar que os gestos e os comportamentos do homem são sociais. Ele não pode não ser social. E o é sempre mais intensamente na medida de sua fidelidade à vocação específica que o Senhor lhe confiou. Mais ainda quando alguém se sente investido de uma missão que diretamente ajuda aos irmãos a descobrirem o sentido profundo de suas vidas, o porque de seus sofrimentos e trabalhos, que exemplifica com mais clarividência o comportamento de Cristo Jesus perante os homens.

Não vamos cair no exagero do angelismo. O dom de Deus continua sendo graça, mas exige uma resposta e um comprometimento extremamente vital e agudo de nossa parte. É o momento

em que a nossa livre escolha chega ao ápice de sua capacidade. Como ninguém, Deus nos respeita.

Todos reconhecemos as dificuldades hodiernas em descobrir os melhores caminhos e métodos, criar o ambiente mais favorável, chegar na hora oportuna, ou seja, na hora em que Deus chega, para ajudar os jovens ou adultos na descoberta ou aceitação do apelo divino. Deus se comunica aos homens comumente por caminhos normais, que no momento preciso adquirem outro significado.

Alguns estamos tentados a repetir o passado. "Deus sempre falou assim. Nossos pais o descobriram desta forma. Este ou aquele método se mostrou eficiente. Devemos continuar com ele". Outros se sentem perplexos. Os métodos pastorais para motivar os jovens à vida religiosa que eles conheceram, não satisfazem ou suscitam dúvidas quanto a sua eficiência. Fazem então uma pausa. Outros ainda estão arriscando caminhos novos, com maior ou menor êxito, levando em consideração o que a teologia, os estudos sociais, a psicologia e a história ensinam. Não significa que o resultado corresponda sempre ao esforço, pois se trata de percorrer caminhos novos, cujas dificuldades são sempre imprevisíveis. Com certeza esta terceira atitude nos parece a mais acertada e evangélica. Deus nos acompanha com sua graça, mas quer ver o homem desejar, querer, lutar.

Aqui no Brasil estamos no momento empenhados num trabalho pastoral vocacional de grande envergadura, assumido pelas duas Conferências — CNBB e CRB. Sentimos que estamos respondendo a uma necessidade e busca sincera das famílias religiosas. Todos estão empenhados em buscar novos caminhos, na confiança de que Deus acompanha nossa história.

Neste número encontramos o resultado sugestivo e questionador de um inquérito realizado pela CRB sobre **Pastoral Vocacional das Congregações Religiosas no Brasil**. Os dados não são absolutos, mas nos interrogam de modo franco e leal. É muito válido como aproximação de experiências, de tentativas e indicador de tendências.

Dentro do programa do ano, publicamos outro trabalho sobre a promoção da **Mulher na Sociedade**. Trata-se também de busca da verdadeira vocação da mulher. Extremamente interessante e aguda nos parece a análise de **Thadée Matura** sobre as motivações que levam os religiosos a abandonarem a vida religiosa. Chamamos a atenção para a meditação mensal de **Frei Alberto Beckhaeuser** como subsídio para a oração comunitária.

Fazemos votos para que as reflexões contidas neste número de **Convergência** contribuam para uma valorização sempre maior de nossa vocação e incentivo de outras.

Frei Constâncio Nogara

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

XIII REUNIÃO DA JUNTA DIRETIVA DA CLAR San José — Costa Rica 27/1-02/2 de 1974

Anualmente, conforme mandam os Estatutos, há uma reunião da Diretoria da CLAR. A reunião se efetua cada ano em país diferente, com o objetivo de incentivar a Conferência local e facilitar a participação das 24 conferências-membros.

A reunião anual da Diretoria visa a um aprofundamento dos objetivos da CLAR, através da revisão das atividades do ano anterior, e estudo e aprovação dos projetos a serem realizados no próximo ano. Nestas reuniões há possibilidade de se discutir as linhas gerais da renovação da Igreja na América Latina, ou a situação concreta de um país. Buscam-se, sobretudo, os pontos comuns: existindo aspectos negativos, como fazer-lhes face; descobertos os aspectos positivos comuns, como incentivá-los. A partir destas constatações ou análises, há uma programação de cursos, de encontros para formadores e provinciais, ou elaboração de um tema em forma de documento.

1. Participantes

Maria Agudelo, ODN (Colômbia) — Concepción Alvarez, ODA (Costa Rica) — Francisco Avendaño, OFMCap (Costa Rica) — Benito Blanco, SJ (Rep.

Dominicana) — Cecília Xinia Brene (Costa Rica) — Jaime Calderón, FSC (Bolívia) — Begoña M. Crespo, CME (Venezuela) — Anne de la Sagesse, F. de la S. (Haiti) — Avelino Fernandez, FSC (USA) — José Firlus, SVD (Paraguai) — Angel Font, FSC (Honduras) — José García, FSC (Venezuela) — François Gayot, CM (Haiti) — Ana Isabel Herrera (Costa Rica) — Nilza Junqueira Reis, RA (Brasil) — Aloísio Kuhn, FMS (Brasil) — Maria Isabel Lara, OP (Colômbia) — Antonio Lecera, OFMCap (Costa Rica) — D. Luís Manresa, SJ (Guatemala — CELAM) — Inês Marulanda, OP (Puerto Rico) — D. Augustin Mayer, OSB (Itália) — Rosa Moran, ODA (Costa Rica) — Lilly Nicholls, OP (Colômbia) — Teomila Nieto, FMI (Panamá) — Constâncio Nogara, OFM (Brasil) — Luís Paez, FSC (Equador) — Carlos Palmés, SJ (Bolívia) — Luís Patiño, OFM (Colômbia) — Mateo Perdia, CP (Argentina) — Ana Maria Pérez, SF (Guatemala) — Adela Ramirez, OP (Colômbia) — Luís José Razo, FMS (México) — Margarita M. Recavarren, RSCJ (Peru) — Ivan Rousseau, SC (Chile) — Florián Ruskamp, OFMCap (Nicarágua) — Abel José Salazar, OAR (Itália) — Joan Carlos Scannone, SJ (Argentina) — Soledad Schroeder, FMA (Costa Rica) — Ladislao Segura, SJ (El Salvador) — Hernando Uribe, OCD (Colômbia) — Josefina Velez, RSCJ (Colômbia) — Noé Zevallos, FSC (Peru).

Um total de 42 participantes; sublinhamos a presença de D. Agostinho Mayer, Secretário da Congregação dos Religiosos, e seu acompanhante, Pe. Abel José Salazar, que estiveram nos três primeiros dias. D. Luís Manresa, SJ, Bispo de Quezaltenango (Guatemala) e 2º Vice-Presidente do CELAM; como representante do CELAM esteve todo o tempo presente. Do Brasil, estivemos três representantes: Ir. Nilza, Ir. Aluísio e Frei Constâncio.

Das 24 Conferências existentes na América Latina, faltaram unicamente Uruguai e Cuba.

3. Programa do encontro

3.1. No primeiro dia, à noite, houve a abertura dos trabalhos, apresentação do programa, das pessoas, da dinâmica do encontro. Nesta sessão já esteve presente D. Agostinho Mayer. Dia 28: apresentação do INFORME do Presidente e do Secretário-Geral; à tarde, houve comissões para apreciar os dois Informes. Contrariamente aos anos anteriores, o Presidente não apresentou no seu informe um relato de seus trabalhos e viagens; isto tudo esteve incluído no Informe do Secretário-Geral. O presidente traçou em seu relatório as linhas básicas de teologia de vida religiosa que a CLAR propugna em seus trabalhos, encontros, cursos, documentos. Este INFORME, com algumas pequenas retificações, mereceu aprovação unânime da Assembléia, bem como várias referências elogiosas por parte de D. Agostinho Mayer.

3.2. O Informe do Secretário-Geral apresentou as atividades da CLAR no último ano. Vale sublinhar que todas as Conferências, excetuada Cuba, foram visitadas de uma a três vezes, por

algum membro da Equipe-CLAR; aspecto que mereceu louvores da parte da Assembléia, pois todos reconheceram que estes contatos contribuíram muito para o fortalecimento da respectiva Conferência visitada e também para o intercâmbio entre os diferentes países.

3.3. No final da tarde do dia 28 foi apresentado o Informe da Tesouraria. O orçamento da CLAR consegue se equilibrar, graças à ajuda de entidades estrangeiras, pois as contribuições das Conferências cobrem apenas os gastos ordinários. Comunicou-se também que a CLAR tem agora sede própria. Até meados de 73, ela havia funcionado nas dependências do CELAM; viu-se, porém, a necessidade de mais espaço e a conveniência de separação do CELAM. O Conjunto CIEC, DEC e CLAR compraram um vasto andar, bem próximo ao CELAM, onde as três entidades funcionam, tendo ainda alugado metade do andar a outros escritórios. Esta compra foi possível graças à ajuda de ADVENIAT, AIUTO e LAB. Tivemos oportunidade de visitar a nova sede, e realmente está muito bem montada e funcional.

3.4. Dia 29. Este dia foi dedicado à apresentação das apreciações dos informes do Presidente, Secretário-Geral e Tesouraria. Parte da manhã e da tarde esteve a cargo de D. Agostinho Mayer, que falou do relacionamento e função da Sagrada Congregação dos Religiosos e da Santa Sé, com os diferentes países e, sobretudo, com as Conferências de Religiosos. Apresentou igualmente o parecer de três peritos, sobre o Documento Vida Religiosa e situação sócio-política da América Latina, que a Assembléia iria estu-

dar. A impressão geral da Assembléia a respeito das exposições e intervenções de D. Agostinho Mayer foi totalmente positiva. Contrariamente ao que se temia, encontramos um homem preocupado em dialogar, sem nenhum tom impositivo, respeitando profundamente a pluralidade das formas de expressão da vida religiosa, insistindo que tivéssemos a liberdade de perguntar o que desejassemos, e ele igualmente a nós.

3.5. Dias 30 — 31 — 01 — 02. Quatro dias dedicados ao estudo do pré-documento: VR e situação sócio-política da América Latina. Segundo a tradição da CLAR, o texto foi posto nas mãos de todos, com total liberdade de aceitar, rejeitar, reformular, criar outro texto. As comissões trabalharam intensamente, e no final, dia 2, após dois plenários e votações anteriores, o texto foi aprovado como Documento da CLAR. Por causa do tema, que é bastante emotivo na América Latina, antes da publicação será novamente enviado a todas as Conferências de Religiosos e Episcopais da América Latina, para que, em nível de Diretorias, façam ainda suas observações. Somente após este último passo o Documento será publicado.

3.6. O Documento abrange três partes — **Primeira parte:** diferentes atitudes dos religiosos face à política. **Segunda parte:** considerações teológicas sobre a vida religiosa dentro da Igreja e o exemplo de Jesus Cristo. **Terceira parte:** aplicações e perspectivas.

4. Apreciação final

A impressão que nos ficou no final desta reunião da Diretoria da CLAR

foi positiva. Queremos salientar alguns pontos que mais mereceram nossa atenção:

4.1. **CLAR-CELAM.** As tensões entre os dois organismos, sobretudo a partir da Assembléia Geral de Sucre (1972), parecem ter desaparecido definitivamente. O diálogo entre as duas entidades é hoje muito fraterno. Ambas estão empenhadas num projeto comum: vida religiosa e Igreja particular na A.L., cuja execução terá início ainda neste ano. O fato de a CLAR ter sede própria também contribuiu para evitar pequenos atritos laterais. Nesta reunião de San José esteve oficialmente presente em nome do CELAM, seu Vice-Presidente, D. Luís Manresa, todo o tempo. Estatutariamente, o representante do CELAM às Reuniões da CLAR tem voz e voto. A presença de D. Luís Manresa foi particularmente positiva, seja pelo seu valor pessoal, sabedoria e espírito religioso, seja pelo fato de representar o CELAM, que na A.L. é o órgão de maior representação.

4.2. **Diálogos com as Conferências Européias.** Por motivos históricos, houve sempre certa prevenção da parte de grupos europeus diante do tipo de vida religiosa latino-americana. Isto se manifestou em atitudes concretas por parte das Conferências de religiosos e religiosas espanhóis. (Da Espanha provém o maior número do contingente de missionários.) Em 1973, houve dois encontros do Presidente e Secretário-Geral da CLAR com as Diretorias das Conferências Espanholas, onde mutuamente se pediram perdão e tudo ficou esclarecido. Hoje, a colaboração e o diálogo estão bem. Isto é particularmente importante para a América espanhola.

4.3. Contatos com a Sagrada Congregação dos Religiosos. É um dos pontos mais positivos, que mereceu louvores e incentivos da parte de D. Agostinho Mayer. A CLAR sempre buscou este diálogo e agora D. Mayer voltou a sublinhar que é muito importante para a Sagrada Congregação uma comunicação por escrito, mas sobretudo pessoal; que os responsáveis busquem um contato pessoal com Roma.

4.4. Conferências de Religiosos e Conferências de Bispos. Várias Conferências latino-americanas têm boas relações com as conferências episcopais; uma ou outra participa das Assembleias dos bispos, por força de estatutos, e mesmo há uma que tem voz e voto. A maioria, porém, vive bastante isolada face aos bispos. As relações das duas conferências aqui no Brasil são vistas como as mais ideais; D. Agostinho Mayer sublinhou também este ponto, insistindo que as Conferências de Religiosos devem ter voz junto aos bispos; a Santa Sé dá preferências aos comitês mistos, mas não se opõe que se adotem outras fórmulas de comunicação e diálogo; contanto que existam.

4.5. Cursos para formadores. Teve repercussão muito positiva o encontro de formadores realizado em Lima, em agosto passado. Em consequência, tiveram de ser programados outros dois encontros para 74: um na Guatemala e outro em Santiago. Percebe-se por toda a parte, como também aqui no Brasil, uma busca quase nervosa, de como conduzir a formação dos jovens e das jovens neste momento. Na América Espanhola, a CLAR está organizando estes cursos, numa linha de solidariedade, visto que os países tomados individualmente não têm capaci-

dade para realizá-los. A CLAR, porém, tem consciência de que, a partir do momento em que a respectiva conferência tiver possibilidades de realizar os cursos e encontros, deverá fazê-los, e a CLAR se retira, ou ajudará em outros campos.

4.6. CLAR-CRB. Continuamos a gozar do melhor nome possível diante da CLAR e diante das outras Conferências. Se isto é uma honra, é também uma responsabilidade, que nos obriga a melhorar sempre mais nossos trabalhos. Para nossa Assembleia Geral foram convidados os Presidentes das Conferências; talvez alguém apareça. O Presidente e o Secretário-Geral da CLAR já confirmaram sua presença. Em maio virá também participar do Encontro para a Promoção da Mulher, a Secretária-Geral Adjunta, Ir. Maria Agudelo. Quatro livrinhos de nossa coleção Vida Religiosa estão sendo traduzidos para o espanhol.

4.7. Conferências mistas. Há uma tendência que ganha sempre mais terreno, de as conferências se unirem; nisto a CLAR tem grande mérito. Das 24 Conferências existentes hoje, 17 são mistas; as outras estão buscando caminhos para que a colaboração seja sempre mais intensa. Nesta linha é interessante notar que várias conferências de homens têm como Presidentes Irmãos maristas ou Lassalistas, coisa totalmente desconhecida até poucos anos. Há mesmo a Conferência mista de Guatemala, cuja Presidente é a Irmã Ana Maria Perez.

Descontadas as dificuldades que sempre existem, há uma aragem de esperança e renovação da vida religiosa que perspassa todos os países; uma maior aproximação, simplicidade, fra-

ternidade e busca. Consciência maior de que sobreviveremos se nos dermos as mãos, como o Evangelho pede.

PASTORAL VOCACIONAL EM FOCO

De 15 de novembro a 4 de dezembro de 1973, a Irmã Jeanne Marie Tierny, da Comissão Executiva da CRB Nacional e da Linha 1 da CNBB, viajou pelo Nordeste sentindo o trabalho de Pastoral Vocacional que aí se desenvolve. Em **Salvador, BA**, participou de um curso de orientação e aprofundamento vocacionais. Participantes: um padre, duas irmãs colaboradoras de paróquias, uma educadora, 22 jovens. Em **Recife, PE**, os variados encontros com a Presidente e o Secretário Executivo da CRB sublinharam a múltipla ação da Regional com respeito à pastoral vocacional. Em **Ponte Negra, Natal, RN**, coordenou o encontro das religiosas encarregadas de paróquias. Presentes: 35 de todo o Nordeste. Em **Fortaleza, CE**, manteve contato com o Vigário Geral para as Religiosas, com a Presidente da CRB, com o arcebispo Dom Aloísio Lorscheider, com as noviças Josefinas, participou de uma reunião de Superiores Provinciais, visitou várias fraternidades de irmãs engajadas no trabalho promocional e fraternidades formadoras para a vida religiosa.

As possibilidades de Pastoral Vocacional entrosada com a Igreja Local começam a se revelar. O trabalho promocional e evangelizador frutifica em formação cristã teórica e engajada, clima propício de vocações religiosas e sacerdotais.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS

A Direção do Pontifício Colégio Pio Brasileiro de Roma anunciou oficialmente o funcionamento do Centro Brasileiro de Estudos sobre a Igreja no Brasil, seja em dimensão histórico-religiosa, seja como meio-ambiente. O Centro difundirá o pensamento e a cultura brasileiras para os romanos, seja italianos seja de outras nacionalidades e será um lugar de encontro dos brasileiros residentes em Roma. Em contato permanente com a CNBB, com as Dioceses, com os Secretariados Regionais e com outras entidades de Igreja, o Centro Brasileiro poderá contar permanentemente com uma documentação atualizada procedente destes organismos eclesiais brasileiros.

VIDA CONTEMPLATIVA CLAUSTRAL

De 3 a 9 de setembro de 1973 realizou-se, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, uma Semana de Espiritualidade para Religiosas de Vida Contemplativa Claustal. O Cardeal Dom Eugênio Salles abriu a Semana situando a Vida Religiosa Contemplativa dentro do Plano Pastoral como força capaz de dinamizar os empreendimentos apostólicos da arquidiocese. Participaram da Semana 27 religiosas dos quatro mosteiros existentes na cidade: Carmelo de Santa Teresa, Carmelo São José, Clarissas Pobres, Ordem da Conceição da Imaculada Virgem Maria. Toda a Semana esteve a cargo de uma equipe coordenadora formada por Dom Estêvão

Bettencourt, OSB; Pe. Karl Josef Romer, do clero diocesano; Pe. Luciano Mendes de Almeida, SJ, Interprovincia no Brasil; Irmã Maria Antônia Azcune, ODN, Secretária Executiva da CRB, Rio de Janeiro e Vigária episcopal para as religiosas. Foram dias muito ricos que trouxeram uma redescoberta da vocação contemplativa na Igreja.

ASSEMBLÉIA DA CRB DA SUB-REGIONAL DE TERESINA, PI

Esta Assembléia se realizou durante os dias 1, 2, 3 de novembro de 1973. Participaram 50 religiosos e religiosas de nove congregações diferentes: Filhas da Caridade, Filhas do Imaculado Coração de Maria, Missionárias de Jesus Crucificado, Filhas de Santa Teresa, Irmãs Franciscanas dos Anjos, Irmãs Mercedárias, Irmãs dos Pobres de Santa Catarina, Irmãs de São José, Frei Adolfo Temme, Franciscano, Pe. José Bulfoni, jesuíta. Os núcleos desta Sub-regional são muito ativos. Estavam representados: Cocal, Piripiri, Pedro II, Parnaíba, Barras, Piracuruca, Floriano, Oeiras.

O tema de reflexão da Assembléia foi **A Vida Segundo o Espírito**, o volume 9, da coleção Vida Religiosa, da CRB, especialmente o tema: Tríplice dimensão do homem, voltado para Deus, para si mesmo e para o mundo. Em 1973, a equipe coordenadora era constituída pela Irmã Margarida Boucher, pelo Pe. José Bulfoni, pelas Irmãs Maria Amélia Martins Vieira, Maria da Conceição Silva, Inês Cândida dos Anjos, Pe. Paulo Turley. O arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão encerrou a As-

sembléia presidindo a Eucaristia do terceiro dia.

ENCONTRO DE FORMADORES

A CRB, Regional de São Paulo realizou em Barueri, São Paulo, na casa de retiros administrada pelas Missionárias de Jesus Crucificado, um Encontro de Coordenadores de formação com 54 participantes de 36 congregações diferentes, nos dias 15 a 20 de novembro de 1973. O tema de todo o Encontro foi a **Comunidade Religiosa**, focalizada sob os aspectos psicológico, pedagógico, espiritual. O primeiro dia foi dedicado ao estudo da pessoa face à Comunidade e vice-versa, a cargo da Irmã Maria do Carmo de Ávila, da Congregação das Escolápias. O segundo dia foi presidido pelo Pe. Oscar Müller, SJ, e o tema foi a Comunidade agente de formação permanente. No terceiro dia, o Pe. Paulo Lisboa, do noviciado jesuíta de Campinas, desenvolveu o tema A Comunidade como ambiente de oração. Os dois últimos dias foram dedicados ao estudo e à vivência comunitária como experiência trinitária, sob a orientação do Pe. Germano van der Meer. Notou-se claramente que para além da importância dada às palestras, houve em profundidade, vivência, reflexão, oração, colocando-se cada formador em situação de formando.

ASSEMBLÉIA DA CRB: REGIONAL MATO GROSSO

Simultaneamente à Assembléia da CNBB, realizou-se a Assembléia da CRB nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de

CRB — BELÉM: ASSEMBLÉIA ANUAL

outubro de 1973, na sede do IRPAMAT, Campo Grande, MT. Esta reunião conjunta das duas Regionais da CNBB e da CRB é o maior acontecimento anual para a pastoral. A reflexão e os atos litúrgicos são em conjunto, separando-se as duas assembleias para tratar de objetivos próprios de cada conferência.

Na Assembleia Regional de Mato Grosso participaram por parte da CRB 28 religiosos, superiores maiores, seus delegados, coordenadores e representantes de núcleos, Diretoria e Secretariado Regionais. Por parte da CRB Nacional esteve presente a Irmã Helena Maria Ferreira. Todo o relatório do ano de 1973 foi apresentado pelo Secretário Executivo, Frei Raimundo Schürmann e pela Secretária Executiva Adjunta, Irmã Madalena Kôrbes, em forma de painel fornecendo uma visão conjunta das atividades e do funcionamento da Regional.

Os núcleos também apresentaram seus relatórios: Diamantino, Pe. Agostinho Kist. Cáceres, Irmã Maria Estêvão. Cuiabá, Irmã Maria da Conceição. Barra do Garças, Pe. Humberto Angeloni. Rondonópolis, Irmão Walter Kôrbes. Três Lagoas, Pe. Blásio Schmitz. Campo Grande e Dourados. Durante os dias 25 e 26 a Assembleia procurou elaborar um Plano de Atividades para o Regional para o ano de 1974 visando a concretização de seu objetivo: incentivar os religiosos a redescobrir e aprofundar em comum seu ser consagrado hoje, segundo o seu carisma específico para serem sinal do reino na Igreja local. A Assembleia foi encerrada com uma eucaristia presidida por Dom Orlando Chaves, arcebispo de Cuiabá.

Do dia 30 de outubro a 2 de novembro de 1973, realizou-se em Tabor, Icoaraci, PA, a Assembleia anual da CRB Regional Norte II. Estavam presentes 45 religiosos e religiosas, representando 36 ordens e congregações das 50 que atuam na região, atingindo uma proporção de 72%. A diversidade de origem — de 8 Estados do Brasil e de 8 nacionalidades diferentes — não impediu a união de trabalho e de reflexão. A base destas reflexões foi o documento da CLAR: Vida Segundo o Espírito nas Comunidades Religiosas da América Latina. O assunto levou os participantes a uma interiorização e comunicação de experiências pessoais muito enriquecedoras, impossível de transmitir por escrito. Por parte da CRB Nacional esteve presente o Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, Presidente Nacional da CRB.

O esquema clássico de assembleias deste tipo funcionou bastante bem. 1.º) Dias de Reflexão. **Frei Luís Pinto Azevedo, OFM**, com dois temas: Diálogo e Como viver a consagração. **Pe. Tiago van Winden**, Experiência de Deus. **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**: A vida no e segundo o Espírito. 2.º) Planejamento (montado pela assembleia), relatórios (apresentado pelos secretários executivo e adjunto), informações amplas (Pe. Marcello, Presidente Nacional da CRB e Frei Alano Maria Pena, OP, sobre o Instituto de Pastoral da Amazônia Regional). 3.º) Avaliação, conclusão e metas prioritárias.

Houve um compromisso geral dos participantes para uma interiorização geográfica mais concreta, traçando-se

um roteiro de fundação de núcleos nas Prelazias de Abaetetuba, Cametá, Guamá, Macapá, Marabá, Marajó, Óbidos, Santarém, Xingu. Uma concelebração eucarística, presidida pelo Padre Marcello de Carvalho Azevedo, Presidente Nacional da CRB, sob o tema Amizade, expressou bem o clima da Assembléia e a encerrou.

ASSEMBLÉIA REGIONAL: CRB—PARANÁ

De 24 a 27 de setembro realizou-se no Colégio Madalena Sofia, em Curitiba, Paraná, a Assembléia Conjunta da Regional Sul 2 da CNBB e da Regional da CRB, Paraná. Estavam presentes todos os bispos do Paraná e respectivas coordenadoras de Pastoral. Por parte da CRB, a Diretoria e Executivo Regionais e numerosos Superiores Maiores. A CRB Nacional se fez presente na pessoa de seu Presidente, Pe. Marcello de Carvalho Azevedo e das Irmãs Nilza Junqueira Reis e Helena Maria Ferreira.

Programa. Temas. Expositores

Desde o primeiro dia a Assembléia aprovou um Regimento Interno próprio que permitiu um desenrolar de atividades bem densas. Do programa constavam assuntos referentes às linhas da Pastoral, da Unidade, da Catequese, da Liturgia, da Inserção e um tema de reflexão exposto pelo Pe. Engler: Lugar do religioso na Pastoral.

Na **Linha da Unidade** visou-se a integração dos Bispos e Provinciais na

pastoral orgânica e o estudo de alguns projetos da igreja local tais como a criação de um Instituto Regional do Clero e recrutamento vocacional. A **Linha da Catequese** estudou o problema do ensino religioso nas escolas oficiais e um projeto de Instituto de Cultura eclesial. A **Linha da Liturgia** examinou o relatório das pesquisas litúrgicas nas igrejas particulares, exposto por Dom Romeu Alberti. A **Linha da Inserção** se ocupou de assuntos referentes à Comissão de Justiça e Paz e das comemorações por ocasião dos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Clima. Apreciação

O aspecto pastoral absorveu quase por completo o tempo de reflexão e houve por parte dos Superiores Maiores participação muito interessada. Em dado momento, o Presidente Nacional falando em nome dos Superiores, expôs aos Bispos a situação dos religiosos frente à solicitação sempre crescente para tarefas pastorais. Enfatizou o quanto é importante ter-se presente a qualidade do **ser religioso** e as condições para que os religiosos possam ser bons agentes de pastoral porque lhes é respeitado o carisma próprio. Insistiu sobre a necessidade de mútua sinceridade no diálogo entre Bispos e Superiores Maiores para que não falte à hierarquia a interpelação carismática da vida religiosa e a esta seja garantida a renovação e a adaptação.

O clima reinante foi de fraternidade e entrosamento entre os responsáveis pela Pastoral e pela vida religiosa procurando integração sempre maior e encontrando na celebração eucarística de cada tarde sua expressão muito viva.

Conclusões

No último dia foram discutidas longamente e aprovadas uma série de conclusões. As de maior interesse para os religiosos foram:

1. Prioridades e opções para a integração do religioso na pastoral orgânica:

a) Integrar os religiosos num processo de planejamento conjunto entre CNBB e CRB. Tenha-se presente que isto inclui levantamento da realidade, das disponibilidades; elaboração, execução e revisão periódicas do plano e treinamento entre Bispos e Provinciais.

b) Preparar para a diocese e regional religiosos que atuem em nível de animação, capazes de formar agentes de oração, mediante convênio bilateral entre Bispos e Provinciais.

c) Reflexão e diálogo institucionalizado e permanente entre Bispos e Provinciais para situar e respeitar os carismas e disponibilidades de trabalho dos religiosos nos diversos campos da pastoral da Igreja.

d) Promover uma pastoral vocacional conjugada e entrosada no plano de pastoral orgânica.

2. Escolas católicas

a) O episcopado e os Superiores Maiores das Congregações Religiosas que operam no Paraná, reunidos na XVII Assembléia Regional, tomando conhecimento da situação de inviabilidade operacional da maioria das escolas particulares e, em concreto, das escolas católicas, expressam seu apoio à obra de educação da juventude realiza-

da por estes estabelecimentos. Dão-se conta de que a sobrevivência dos mesmos, no Paraná, depende da modificação de suas condições de funcionamento e sustentação.

b) Os Bispos, Superiores Maiores e Diretores de Escolas Católicas comprometem-se a agir sempre em unidade de ação para uma verdadeira pastoral da educação na Igreja.

3. Projeto de Filosofia

a) A criação do Curso de Filosofia de três anos para os seminaristas na Universidade Católica de Curitiba.

b) Que os seminaristas diocesanos também participem deste Curso de Filosofia em sinal de unidade de Igreja.

c) Que seja instalado na Universidade Católica um Curso de Licenciatura de Ciências Religiosas para religiosos não sacerdotes e religiosas e leigos, agentes de pastoral.



PEDE RELIGIOSAS

1. DOM ÂNGELO RIVATO, SJ, Prelado de Ponta das Pedras, Ilha de Marajó, Estado do Pará, precisa de uma religiosa enfermeira; uma, para ensinar no jardim e primário; uma, para trabalhar em comunidade eclesial de base. "Religiosas de coragem e doação", pede Dom Ângelo. A Prelazia dá casa própria, hospedagem e toda manutenção. Mais informações dirigir-se: Dom Ângelo Rivato, SJ — Rua Dr. Assis, 834 — Caixa Postal, 963 — 66.000 Belém — PA.

Introdução

Para se falar do papel da mulher na Igreja hoje, algumas condições se impõem como necessárias para garantia de realidade e objetividade.

1. Situar-se à luz da fé que ultrapassa as realidades aparentes para buscar o sentido último de tudo que nos cerca.

2. Ultrapassar, na identificação da mulher, o nível físico-biológico em que ela se diferencia do homem pela sua função específica na procriação, para percebê-la na sua total dimensão humana, como capacidade criadora, transformadora do mundo, dotada, tanto quanto o

A MULHER NA SOCIEDADE E NA IGREJA

IRMÃ JUDITH JUNQUEIRA VILLELA, MJC

homem, de inteligência, iniciativa, agressividade, imaginação, faculdade crítica, etc., além das qualidades afetivas que lhe são tradicionalmente atribuídas (e que são mais "humanas" do que "feministas").

3. Denunciar a imagem tradicional da "feminilidade" composta através dos tempos e que são expressões diversas da opressão em que se tem mantido a mulher:

● A imagem Mulher-Mãe que corresponde a um dado da natureza físico-biológica, mas reduz a mulher à função procriadora, e não esgota as suas potencialidades, além de minimizar as responsabilidades do homem nesta função.

Quando ser Mãe é a única função que compete à mulher na sociedade, a esterilidade é uma vergonha e o celibato uma pobreza. Daí

a triste figura da “solteirona”, imagem da inutilidade feminina numa sociedade em que só o homem conta. Já é tempo de se tomar consciência de que o papel da mulher não se determina em função do homem, nem se reduz à maternidade exercida real ou vicariamente.

● A imagem de mulher-boneca, “repouso do guerreiro”, objeto erótico, brinquedo do homem, e universalmente difundida por todos os meios de comunicação é que pressiona a mulher de todos os lados para mantê-la em nível de inferioridade. Essa imagem molda certo conceito de “feminilidade” que reduz a mulher a simples fêmea e impede o pleno reconhecimento de sua personalidade total.

4. Atentar para a nova imagem da mulher que está surgindo a partir das transformações sociais em progresso e que exigem uma atuação mais direta na mulher na sociedade.

Nessa linha conviria refletir sobre o papel desempenhado hoje pela mulher solteira, que vive independente, ocupando na sociedade um papel ativo e fecundo. A mulher que se realiza assim, fora do papel de mãe, esposa, ou concubina, dá testemunho do valor pessoal do ser feminino que não tem necessidade, essencialmente, do homem para ser eficaz na sociedade humana.

Só depois de despojados dos preconceitos que nos impedem de perceber a mulher na sua verdadeira dimensão de pessoa humana, é que podemos procurar recompor a sua imagem, observando a sua atuação na sociedade e na Igreja.

A mulher na Bíblia

A Palavra de Deus dirigida ao homem e consignada nas Sagradas Escrituras teria, inevitavelmente, de sofrer as limitações da criatura. Vassada numa linguagem característica de uma época, de uma cultura, de um povo, ela é interpretada, através dos tempos, segundo o contexto histórico-cultural do ouvinte. A Palavra é revelação da Ação de Deus que se desdobra na história. Por isso a mensagem que passou despercebida ontem parece mais clara no contexto social de hoje: “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e os criou homem e mulher” (Gên 1,27). A criatura, imagem de Deus, a quem foi confiada a terra para que a dominasse e a transformasse, é um par: homem e mulher.

Mas esta parceria que ficou por muito tempo confinada ao casamento, não deve ser entendida como papéis fixos, e sim como interação dinâmica, criadora da sociedade.

É interessante, neste sentido, lembrar que a primeira manifestação de Jesus em Caná da Galiléia, se deve à iniciativa, à palavra, e à perseverança e audácia de uma mulher. Foi Maria quem viu que faltava vinho. Foi ela quem apontou o fato a seu Filho e que, diante de sua recusa a tomar providências — “que temos nós a ver com isto?” — insistiu mesmo e forçou a situação, ordenando aos empregados que fizessem como ele ordenasse.

A primeira manifestação, o primeiro anúncio da Ressurreição também coube a uma mulher.

E se alguém quiser citar São Paulo para advogar a submissão da mulher ao homem, frente a quem ela deve se colocar em plano inferior, submissa, quanto a funções, tanto dentro como fora da Igreja, lembremos apenas que, se lermos com atenção as epístolas aos Coríntios, lá ele fala "segundo os costumes e a Lei judaica (1 Cor 11,16-14,34), enquanto que falando aos Gálatas, prega que a fé em Jesus Cristo nos liberta da Lei e de todos os preconceitos, igualando-nos a todos: "Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Jesus Cristo" (Gál 3,28).

Podemos dizer, portanto, que à luz da fé, as virtualidades da mulher e do homem são idênticas. No reino de Deus não há homem nem mulher diferenciados por funções delimitadas e exclusivas (Mt 22,30) mas dons recebidos e desenvolvidos segundo as possibilidades pessoais. A complementariedade homem-mulher, evidente e delimitada na procriação, vai muito além dela e deveria ser exercida em todos os campos da atuação humana, respeitosa não de diferenças preconcebidas, mas das capacidades efetivamente demonstradas. Aliás é o que já começa a despontar na história.

1. A Mulher na Sociedade

A forma mais primitiva de atuação da mulher na sociedade foi no papel de Mãe. A par deste, vem o papel de sedutora: Eva, Helena de Tróia, Cleópatra, e na Bíblia, Judith. Entretanto, não faltou, atra-

vés da história, desempenhos femininos em papéis atribuídos exclusivamente aos homens; basta lembrar, por exemplo: Débora que foi juiz em Israel (Jz 4 e 5) e Joana D'Arc que, aliás, pagou com a vida o crime de usurpação, com sucesso, de uma função tradicionalmente masculina. E se não são muitos os casos semelhantes no passado, é porque as condições sociais da mulher não favoreciam o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Com o advento, porém, da era industrial e a arregimentação da mulher como força de trabalho ao lado do homem, abriram-se para ela, novas perspectivas de realização. Além disso, as descobertas científicas e o acesso à cultura vieram modificar inteiramente a sua situação na sociedade. Hoje não há campo de atuação na vida social, econômica e política, em que não se encontre a mulher. Indira Gandhi e Golda Meir aí estão para provar que mesmo os mais altos cargos do governo já não estão mais fora do alcance da mulher.

Mas a escalada da mulher na sociedade está apenas começando. Para um olhar atento, o número das mulheres nas universidades, a sua entrada nos diversos campos profissionais e a quebra de certos tabus, são indícios de uma revolução sem par na história. É a sociedade que terá de se reestruturar a partir da nova imagem de mulher que começa a se delinear. Ajudará a explicar o que acabamos de afirmar, o relatório de Irmã Cintra Rolim, que apresentamos a seguir.

Relatório de uma pré-sondagem realizada com um pequeno grupo de vinte mulheres compreendidas na faixa etária de 25 a 55 anos, da classe média-média e média-alta, com um nível de escolaridade de 2.º ciclo completo e superior.

Introdução

Esta pré-sondagem foi feita com o objetivo de conhecer a opinião de algumas mulheres sobre o trabalho profissional da mulher brasileira. As vinte mulheres entrevistadas estão engajadas no mundo do trabalho, buscando harmonizar suas funções de dona de casa, de mãe, com suas funções profissionais.

Metodologia

As perguntas foram individuais, não dirigidas, abertas (cf. modelo do questionário), no momento mesmo da entrevista. Em seguida, cada pergunta foi transcrita, sem modificação de linguagem e agrupadas por assunto.

As entrevistadas permaneceram no anonimato, designadas por um número cuja correspondência na "Ficha de Identificação" permita saber sua idade, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade e ramo profissional. Se a entrevistada era casada, coletavam-se os dados referentes ao número de filhos, idade do marido, escolaridade e ramo profissional deste.

Com relação ao ramo profissional resolvemos adotar a classificação usada no estudo: "Aspectos de discriminação da Mulher no Mercado de Trabalho", DOC. 115, de 27/1/70 — CNRH — IPEA Rio de Janeiro, março de 1970, pág.

10. Nesse estudo, os cursos universitários são divididos em três categorias segundo a participação das mulheres na matrícula total que em 1968 foi de 34%. "Os cursos que contenham uma participação feminina dentro dos limites (arbitrários) de 25% a 45% foram considerados cursos "mistos". Uma participação inferior a 25% define então os cursos "masculinizados" e acima de 45% os cursos "feminilizados".

Tendo em vista o número reduzido de amostra, não houve preocupação em cruzar nenhuma variável, limitando-nos a quantificar as respostas da Ficha de Identificação e algumas respostas do Questionário quando isso nos pareceu necessário.

a) Ficha de Identificação — coleta de dados

Resultados

1. Idade

25 - 34 anos	11
35 - 44 anos	6
45 - 54 anos	2
55 em diante	1

2. Estado civil

solteira	6
casada	13
separada	0
desquitada	1
viúva	0

3. Escolaridade

2.º ciclo	2
superior	8
superior com especialização	10

4. Ramo Profissional

Profissões "Masculinas"

Médica	1
Total:	1

Profissões Mistas

Socióloga	3
Escritora	1
Prof. Univ.	3
Func. Pública	1

Total:	8
---------------------	---

Profissões "Femininas"

Psicóloga	3
Filósofa	2
Pedagoga	4
Ass. Social	3
Orient. Educ.	3
Prof. 1.º ciclo	2
Prof. Primária	1

Total:	18*
---------------------	-----

5. Horas de trabalho

Diário

Mais de 4 hs.	4
" 6 "	8
" 8 "	7
" 10 "	0
Em branco	1

Semanal

Mais de 10 hs.	0
" 20 "	4
" 30 "	6
" 40 "	9
Em branco	1

6. Número de filhos

Mulheres:	2
	6
	2
	1

Homens	1
	2
	3
	8

7. Idade do marido

25 - 34 anos	7
35 - 44 anos	4
45 - 54 anos	2
55 em diante	0

8. Escolaridade do marido

2.º ciclo	2
Superior	6
Sup. c/especialização ...	5

9. Ramo Profissional (*)

Profissões "Masculinas"

Advogado	3
Engenheiro	5
Correntista	1

Total:	9
---------------------	---

* Várias das entrevistadas eram formadas em mais de um ramo profissional, trabalhando também em mais de um setor.

(*) A mesma pessoa que era formada em mais de um ramo profissional, trabalhando também em mais de um setor.

Profissões Mistas	
Sociólogo	2
Prof. Univ.	2
Dentistas	1
Total:	5

Profissões "Femininas"	
Prof. Primário	1
Total:	1

1.^a Pergunta: Você é a favor ou contra o trabalho profissional da mulher?

Da mulher solteira? 20 respostas a favor. Da mulher casada, sem filhos, 20 respostas a favor. Da mulher casada, com filhos, 20 respostas a favor.

1. Com relação à mulher casada, com filhos: Deveria trabalhar em tempo parcial. Poderia reduzir o trabalho enquanto os filhos são menores. Teria que arranjar alguém para cuidar deles enquanto trabalha. Precisaria equilibrar os afazeres de mãe e dona de casa com suas funções profissionais.

2. Com relação à mulher com mais de 60 anos: É muito útil o trabalho para que ela se sinta útil e não se deprima.

2.^a Pergunta: Por que você é a favor do trabalho profissional da mulher?

1. Com relação à pessoa da mulher: É um meio de realização pessoal. É um meio de realização

profissional. Abre-lhe a visão do mundo e alarga os seus horizontes, e isso pode ser fator de crescimento e de modificação de sua personalidade. Impede-a de se enferrujar. Torna-a mais segura, mais prática, mais livre e independente. Ela aprende a resolver melhor os seus problemas. Impede-a de se "bitolar" com probleminhas caseiros.

Fá-la sentir-se útil. Para muitos adultos, o trabalho é quase como um lazer. A pessoa se realiza trabalhando, como a criança se realiza brincando. É uma forma de criar. Para a mulher solteira, é uma forma de subsistência. Para a mulher casada, além do aspecto econômico, mesmo que o trabalho não seja rendoso, impede-a de vegetar e de viver em função de um mundo restrito: os filhos, o lar e o marido. Do ponto de vista físico e psíquico, a mulher que se limita ao lar tem um esgotamento precoce, com cerceamento de horizontes, embotamento de aspirações, e resignação apática. Ela se torna objeto e não sujeito da própria evolução. Vegeta, não vive. Desce muitas vezes ao plano puramente animal de reprodutora. O trabalho funciona como catalizador: interesse pelos outros e pelo mundo, o que reverte em interesse pela própria família.

2. Com relação ao homem: O homem aprende a valorizar a mulher e a sua inteligência. A mulher, economicamente independente pode melhor escolher seu marido. A mulher se torna a companheira que conhece outras realidades sociais. Porque a independência econômica

dificulta a igualdade entre os sexos. A integração entre marido e mulher é mais fácil quando ambos participam das mesmas dificuldades e das mesmas lutas. A mulher colabora na economia do lar com o marido. Marido e mulher que trabalham sabem dividir entre eles as tarefas domésticas. Há maior entrosamento entre o marido e a mulher que têm o mesmo ritmo de vida, sabem combinar melhor os momentos de descanso e de lazer e um não deseja passear quando o outro quer ficar em casa, descansando. A mulher que trabalha adquire certa autonomia e é capaz de fazer com o marido o planejamento familiar concernente ao número de filhos que desejam ter. Ela não é apenas um objeto do marido.

3. Com relação aos filhos: O trabalho facilita a missão educativa da mãe porque lhe abre horizontes e a põe em contato com o mundo, com outras gerações. Forma-a mais para o diálogo. E isso permitirá aos filhos se situarem melhor no mundo. A mulher que trabalha não cria filhos dependentes e condicionados. A mulher que trabalha é um exemplo vivo para os filhos que aprendem a valorizar tanto o pai como a mãe que sustentam o lar. A mulher que trabalha fora é uma mulher que enfrenta a luta da vida. O que marca a criança é o que a gente é e não o que a gente diz. O trabalho faz a gente ser. A mulher que trabalha aprende a respeitar, acatar e valorizar a opinião dos outros, e é capaz de transferir isto para os filhos, contribuindo assim para que eles se sintam mais seguros e confiantes.

A mulher que trabalha não pode ser a delegada do marido para educar os filhos sozinha. Ela não favorece a ausência do pai. Este deve estar presente para ajudá-la. A ausência da mãe no lar é recompensada pela intensidade dos momentos de encontro com os filhos e pela abertura de horizontes que ela lhes dá.

4. Com relação à sociedade: Pelo trabalho a mulher se insere e se comunica com o mundo e a sociedade. Pelo trabalho a mulher atua na sociedade e colabora no processo histórico. A mulher que trabalha é um elemento de produção e não apenas de reprodução. Num sociedade com marcas machistas, o trabalho é o meio da mulher modificar essa estrutura e implantar uma estrutura nova, de igualdade como o homem. A mulher que nos países subdesenvolvidos ocupou uma vaga na Universidade tem obrigação de devolver à sociedade, pelo trabalho produtivo, o que dela recebeu. A construção do mundo não é tarefa exclusiva do sexo masculino, mas de toda pessoa humana e da mulher como tal.

3.^a Pergunta: Por que você acha que, em geral, a mulher trabalha no Brasil?

Por motivos econômicos: 8 respostas. Por ordem econômica para começar, mas depois que começa ela não quer mais parar. Para fugir da rotina caseira. Depois do fator econômico, em meio universitário, para se realizar, se libertar e ter maior segurança. No meio universitário por realização profissional e pessoal.

4.^a Pergunta: Que desvantagens o trabalho traria à mulher?

Traz algumas desvantagens para ela, para os filhos e para o lar por causa da atual estrutura da sociedade. A mulher que trabalha tem de acumular às funções de mãe e dona de casa, as funções profissionais. Ela se sente explorada tanto num setor como no outro, acumulando essas funções. A idéia que o lar está perecendo e os filhos meio abandonados lhes causa angústia, frustração e sentimento de culpa. Do ponto de vista legislativo há leis protegendo a mulher, no papel. Quantas jovens são dispensadas do emprego ao se casarem?

Não há leis que procurem equilibrar as duas funções da mulher, no lar e na profissão: a sociedade não se preocupa em construir creches, centros maternos, etc., com pessoal

5.^a Pergunta: Há preconceitos ou tabus que dificultam a entrada da mulher no mundo do trabalho?

Há preconceitos e tabus. **Do ponto de vista sociológico** estamos saindo de um mundo patriarcal, onde a mulher era a gerente do lar, sem entretanto poder opinar em muitos setores. Na sociedade patriarcal, a mulher era cultuada como "rainha do lar", o que era muito cômodo para o homem. Assim ele podia mais facilmente dominá-la.

No mundo patriarcal de ontem a mulher devia viver, confinada ao lar, pois só assim se manteria fiel ao marido e evitaria as ocasiões e os riscos que poriam em jogo a sua fidelidade. (Como provar a fide-

preparado para cuidar das crianças em tempo semi-integral. As creches existentes ou são muito más ou só são acessíveis à gente muito rica que não precisa delas.

Deveria haver leis que amparassem as mães que trabalham, permitindo-lhes de assistirem os filhos pequenos, trabalhando em tempo parcial e sem redução do ordenado. Quando o trabalho é meio de subsistência e sobrevivência não há escolha e sim submissão da mulher ao trabalho onde atua como mão-de-obra aviltada e em reserva. A mulher da classe alta que trabalha vive em dois mundos: o do lar, o de seu ambiente social e o de seu emprego. Os amigos de um não penetram no outro.

dade se não se tem mais ocasião de pô-la à prova?) Na sociedade patriarcal a mulher era vista como a poedeira, a vaca leiteira, etc.

A Igreja, variando de uma região para outra, contribuiu para que essa imagem da mulher confinada ao lar surgisse como modelo. Nossa sociedade está em trânsito, vivemos um conflito: fomos educados para o lar e os filhos, sobretudo quando estão doentes, e o trabalho profissional nos impede muitas vezes de estarmos junto deles. Como vamos equilibrar as duas coisas? Esse con-

flito nos dá muitas vezes o sentimento de culpa.

Vivemos pressões sociológicas muito fortes: assimilamos valores de uma sociedade tradicional e vivemos numa sociedade onde surgem novos valores. Dentre as pressões sociais que vivemos, está a tomada de consciência de que somos uma força de trabalho em reserva, desconsiderada e discriminada. A sociedade tradicional valoriza somente o homem. A mulher era o "sexo frágil". Assim temos o "Machismo".

A nossa sociedade ainda tem resquícios machistas. Quais seriam as causas disso? Ausência da figura paterna? O filho não podia se identificar com o pai que estava ausente, nem com a mãe; então na sua insegurança, buscava dominar o outro sexo para se auto-afirmar.

Segundo a visão machista **"o homem é que deve dominar"**. "O homem é que deve sustentar o lar". Nessa mesma visão a classe baixa afirma: "O homem cuja mulher trabalha é um fracassado". "Quando a mulher trabalha o homem se encosta". Na classe alta, burguesa, o homem cujas filhas buscam um emprego está se desmoralizando. É como se ele não pudesse sustentá-las.

Segundo a ótica machista um homem não pode trabalhar sob as ordens de uma mulher. A mulher em revanche entra no campo profissional para competir com o homem. Inconscientemente ela se sente inferior, agride-o, procurando se auto-afirmar e dominá-lo por diversas formas. O homem só aceita que a mulher trabalhe desde que ganhe menos que ele.

Do ponto de vista profissional fazem-se distinções "profissões próprias para homens" e "profissões próprias para mulheres". Não são poucos os educadores que acentuam para as mulheres o valor das prendas domésticas, trabalhos artesanais. Há setores profissionais em que dificilmente uma mulher é aceita: engenharia, cirurgia, etc.

Há intenção em restringir o campo profissional das mulheres; fica mais fácil para os homens. Os homens acham que as mulheres não têm equilíbrio emocional para dirigir empresas e órgãos administrativos. No meio burguês só se admite o trabalho da mulher como forma de voluntariado assistencial, ou como "hobby", como arte, decoração, "boutique".

Nas fábricas, é raro uma mulher ser promovida, mesmo que tenha competência; sempre as promoções são para os homens. Geralmente, nas repartições públicas, os cargos de chefia são dados aos homens, mesmo que haja mulheres com maior competência para exercê-los.

Do ponto de vista legislativo, a mulher também é prejudicada e discriminada. Exemplo: a lei considera o homem como "cabeça do lar" e portanto, responsável pelas despesas. Ora, num lar onde ambos ganham o mesmo ordenado, ambos colaboram nas despesas. Entretanto, para pagar o imposto de renda só ela deve fazê-lo, porque, ele é dispensado visto as despesas que deve ter.

Empresas e escolas rescindem o contrato para não arcar com os meses de licença do parto. **Do ponto**

de vista sexual, as idéias machistas fazem com que o homem busque na mulher, a esposa, a mãe e a amante. O homem acha que a mulher não sabe se defender, se sai à rua, continuamente sofre abordagens, trabalhando fora, fica exposta a tudo isto.

Em muitos meios acham os homens que a mulher que trabalha fora, dificilmente se manterá respeitada. "Há tentações e ela não resiste". "Que homem gostaria que sua mulher ficasse batendo pernas na rua?" Nos meios mais burgueses encara-se a mulher que trabalha como alguém que poderá mais facilmente se perverter, e que se encaminha para a separação e o desquite. "A independência moral virá com a independência financeira".

Só em teoria o homem aceita que a mulher tenha tido experiências sexuais fora do casamento. Para se casar ele busca uma mulher virgem. Hoje a mulher quer ter também suas experiências antes do casamento; isso deixa os homens inseguros, então muitos procuram se auto-afirmar, competindo profissionalmente com a mulher.

Alguns psicólogos se perguntam, se o número crescente de homossexuais não provém da insegurança do homem que busca num parceiro igual o "amor dependente" que ele sabe não encontrará na mulher de hoje experiente e independente. Sentimos que todas as pressões: psicológicas, sociais, econômicas, da luta entre os dois sexos vão num crescendo que não sabemos mais onde isso vai dar.

Pergunta-se: no futuro haverá uma supremacia da mulher sobre o

homem? Parece-me que os tabus tenderão a desaparecer, pois na realidade não há diferença psicológica entre homem e mulher; há diferenças individuais. Não de vencer no futuro aqueles que tiverem competência e potencialidades.

Parece-me que ONTEM a mulher era dependente, dócil servil, para o marido e os filhos. AMANHÃ ela estará participando da construção do mundo, sem preocupação de servir por meio de sua beleza e dependência, mas por sua eficiência. HOJE vivemos o conflito entre esses dois modelos. Contudo, o problema é irreversível através das novas gerações. A crise é tanto para o homem como para a mulher, mas para ele parece que é maior porque ele perde alguma coisa e a mulher ganha algo.

6.ª Pergunta: Há trabalhos que as mulheres realizam melhor ou pior que os homens?

Há	1
Não há	11
Não sabe	1

Observações: Há reflexos condicionados provenientes da cultura. A educação condiona. No Brasil ainda há discriminação. A sociedade começa a pensar que não há diferença. Em nível de pesquisa o homem se mostra inferior à mulher, aqui no Brasil. A mulher pode entrar em outros campos profissionais sem deixar suas características próprias de mulher.

Indicação de trabalhos que as mulheres realizam melhor:

Profissões que exigem paciência, delicadeza manual, compreensão, relacionamento, afetividade. Profissões que não exigem prestígio: educadora, psicóloga, enfermeira, secretária, assistente social, recepcionista, balconista, dentista.

Trabalhos que as mulheres realizam pior:

Profissões que exigem grande agressividade física ou mental, ou desgaste emocional. Profissões que exigem segredo: advocacia, cirurgia, corretora na Bolsa de Valores, política, coordenação de grupos mistos, direção de empresas, ciências, comércio e negócios, engenharia agrônômica, motorista, metalurgia, química.

7.^a Pergunta: Você acha que é melhor trabalhar sob as ordens de um chefe homem ou mulher?

Indiferente	14
Homem	6
Mulher	1

Indiferente: Depende da capacidade e competência do chefe. A nível de grandes cúpulas é indiferente. Nas hierarquias médias ou intermediária a chefia feminina pode dificultar pela subjetividade. Na posição de mando tanto o homem como a mulher são mesquinhos, mas o homem sabe escondê-lo melhor que a mulher. Acho indiferente desde que o clima de trabalho seja respeitoso.

É melhor sobre as ordens de uma mulher: Num sistema competitivo a mulher tem mais diplomacia, sabe contornar, sofrer e calar.

É melhor sob as ordens de um homem: O homem é mais objetivo. A mulher vê a folha, o homem vê a árvore e a floresta. O nível de relacionamento é mais formal e mais profícuo; com mulheres na chefia o clima fica mais à vontade, há um pouco de relaxamento e não se produz tanto. Respeita-se menos um chefe mulher. A mulher não tem ainda o amadurecimento para mandar, para se impor e assumir atitudes ditatoriais. Quando a mulher coordena grupos mistos, há problemas psicológicos. Ela fica com atitudes neuróticas quer sustentar o posto que conquistou, com unhas e dentes.

8.^a Pergunta: Como vê você o relacionamento do homem e da mulher nos diferentes setores da vida, com relação à mulher que trabalha?

A) Como marido e mulher.

1. A relação conjugal é influenciada pela relação profissional. A mulher que fica em casa, só pensa e procura agradar o marido o que por vezes acaba por irritá-lo. A mulher que não trabalha só quer agradar. É a "prostituta de gabarito", de um homem só. Mas o relacionamento é vazio. A mulher que não trabalha é um apêndice do marido ela se deixa facilmente se dominar por ele. Quando ela se revolta contra esta dominação há conflito.

2. A mulher que trabalha se relaciona com outros homens o que a ajuda a se relacionar com o marido. Tem a sorte de estar e pertencer ao mesmo mundo social dele.

A mulher que trabalha se relacionando com outros homens ou passa a admirar o marido ou parte para outro rumo. Ela vive sua opção pró marido, constantemente. A mulher que trabalha não pode ser subserviente. No amor ela é ativa e participante. O amor não é um dominar o outro, mas é amor por si mesmo.

3. Os homens com menor cultura desejam a esposa passiva e dominada nas relações matrimoniais. Isso é um reflexo do machismo.

4. Há maior entrosamento no casal que vive o mesmo ritmo de vida.

O trabalho dos dois modifica o relacionamento. Os problemas são vistos e estudados em níveis iguais. Se as vezes o relacionamento tem um aspecto competitivo por um lado, por outro é mais franco, mais leal, espontâneo e adulto, e isso influi positivamente nos filhos. A interdependência gradativa e a auto afirmação da mulher que trabalha influem no casal. Há um crescimento de ambos. Acho bom, mas o homem não suporta que a mulher tenha mais sucesso que ele no mesmo setor de trabalho.

Quando há conflitos os dois buscam uma redefinição de valores pois pelo trabalho a mulher começa a opinar e decidir em setores onde antes só os homens decidiam e opinavam. O trabalho pode ser uma fonte de impulso, um estímulo de

um para o outro. Juntos eles descobrem os valores da vida.

B) Como pai e mãe em relação à educação dos filhos.

1. A mulher que fica só em casa adquire mentalidade de empregada, doméstica. É como tal que ela vai educar os filhos; mais tarde será desprezada por eles.

2. A mulher que trabalha não se torna tão protetora e absorvente. O filho aprende a se virar sozinho e não se torna tão egoísta.

A mulher que trabalha aprende a aproveitar mais os momentos de encontro com os filhos e com a família. A ausência da mãe que trabalha pode ser um fator para ajudar a cortar o cordão umbilical quando os filhos estiverem para sair de casa.

A mulher que trabalha não se deixa "usar" pelos filhos, pois estes sabem que ela não está a serviço exclusivo deles. Ela deixa de ser a "empregada classificada". Contudo, vistas as características de nossa sociedade talvez eles ainda tenham saudade da figura da mãe constantemente em casa como estava a avó. Na nossa época de transição esses dois modelos se chocam.

A mulher que trabalha não vive apoquentando o filho o dia inteiro e é mais liberta de preconceitos. O setor em que a mulher trabalha influi, positiva ou negativamente, na educação dos filhos. Um trabalho rotineiro e sem criatividade pode bitolá-la ainda mais do que se ficasse em casa. Mulher que traba-

lha, pode ter mais autoridade sobre os filhos e isso até na idade adulta deles.

A mulher que trabalha ensina os filhos a se adaptarem à solidão futura pela qual todo homem deve passar. Contudo, se isso não for bem dosado eles podem ficar muito carentes pela vida afora. O trabalho cansa. A gente volta para casa exausta e ainda tem de cuidar de crianças... às vezes a gente estoura mesmo... mas acho que apesar desta desvantagem há muitas compensações que o trabalho traz para a mulher e os filhos.

3. Quando ambos trabalham os dois se relacionam com os filhos pelo lazer e pela autoridade.

O tempo escasso é melhor aproveitado quando ambos estão com as crianças. Pai e mãe encontram algo de novo no encontro com os filhos e não se limitam ao "pega-joso" do dia a dia.

C) Como companheiros de trabalho.

É necessário complementariedade no campo profissional. Há complementariedade pois os raciocínios são diferentes. O trabalho se torna mais produtivo e favorece o crescimento pessoal. Homens e mulheres que trabalham juntos têm amizades com o outro sexo que só poderá enriquecê-los.

Homens e mulheres que trabalham juntos são colegas que se inter-ajudam. Um trabalho misto impede fofocas. Se o grupo misto for imaturo ou tiver membros que o sejam, haverá problemas de competi-

ção e muitos outros. A mulher se imporá num grupo misto pela sua competência para o trabalho ou cargo. No meio universitário há respeito, amizade e valorização mútua.

Dependendo dos meios onde se trabalha, há respeito, mas isso não acontece quando a mulher provoca e facilita. Os homens, no fim, são manipulados pelas mulheres. Em ambiente onde os homens predominam, as mulheres são subordinadas em geral.

Conclusão

As vinte entrevistadas são a favor do trabalho profissional da mulher, contudo sentem uma dicotomia entre os apelos da profissão e os apelos do lar (marido, filhos e a casa). Além disso, estando no mundo "em transição" que sai de uma sociedade patriarcal, monolítica, para uma sociedade homem e mulher, pluralista, elas não podem deixar de sofrer vários impactos.

O modelo que lhes foi proposto: "a mulher deve se dedicar e permanecer no lar", não se coaduna mais com as aspirações que elas sentem ao ingressar no mundo do trabalho, isto é, que toda pessoa humana tem o direito de se realizar profissionalmente e de construir o mundo, participando ativamente da missão de sua geração.

A segunda pergunta, enumerando as vantagens do trabalho com relação à mulher, ao homem, aos filhos e à sociedade, indica as aspirações das entrevistadas.

As desvantagens trazidas pelo trabalho são frutos do impacto cau-

sado pela caducidade de alguns valores e o aparecimento de valores novos.

A quinta pergunta indica os valores em vigor na sociedade patriarcal. Isso nos ajuda a prever em que pontos os litígios serão mais violentos, no processo de substituição de um tipo de sociedade por outro.

As perguntas sexta e sétima mostram que entre as entrevistadas algumas ainda conservam comportamentos condicionados pelos modelos impostos pela sociedade patriarcal. Elas enumeram as profissões "masculinas" e as "femininas". Das vinte entrevistadas quatorze dizem que lhes é indiferente trabalhar sob as ordens de um chefe homem ou de um chefe mulher. Todavia, as seis que optam por trabalhar sob as ordens de um chefe homem, justificam sua opção numa posição de dependência feminina, bem própria do modelo da sociedade patriarcal.

A oitava pergunta aprofunda a reflexão sobre o trabalho profissional da mulher, influenciando em três setores diferentes: o erótico, o pedagógico e o político. As entrevistadas falaram segundo as experiências suas, e as respostas evidenciam o surgimento de novos valores:

- O amor é autêntico quando vivido por dois sujeitos e não por um sujeito e um objeto.

- A educação dos filhos é tarefa de ambos (pai e mãe) os quais crescem no processo educativo tanto quanto os próprios filhos.

- Finalmente, no setor político, a complementariedade é exigida para a construção da sociedade, apesar dessa complementariedade sofrer falhas e limitações não só individuais, mas sociais, pelas causas anteriormente mencionadas.

Finalizando poderíamos concluir através desta pré-sondagem feita sem pretensões científicas, visto a quantidade pequena de amostra, que as pressões exercidas pelos modelos impostos pela sociedade patriarcal tornam-se dia a dia mais infelizes, porque as mulheres adultas, maduras, engajadas no mundo do trabalho apresentam aspirações que exigem uma nova escala de valores, pedindo outros padrões de comportamento.

Se as mulheres que trabalham sofrem conflito entre o modelo antigo que lhes é imposto e suas aspirações, buscando criar uma nova imagem de mulher é óbvio que este conflito se verifica também na sociedade que estruturalmente não se acha preparada para receber a nova atuação da mulher.

Alguns Dados Sobre o Trabalho Feminino no Brasil

As atividades desempenhadas pelas mulheres variam muito de uma sociedade a outra, a ponto de não ser possível designar uma ou outra

atividade como sendo exclusivamente feminina. Alguém deveria se encarregar dos afazeres domésticos; esta tarefa foi atribuída às mulhe-

res. Mas certo número de mulheres que, por falta de emprego não conseguem se integrar à produção social, acabam por se dedicar às tarefas domésticas, embora aí seu trabalho seja também dispensável.

A inserção da mulher na força de trabalho de uma e de outra forma tem conseqüências para a condição social da mulher. A identificação da mulher com uma profissão a torna pelo menos, mais resistente às pressões que lhe impõe um "status" inferior na sociedade.

Nas últimas cinco décadas, a estrutura do emprego no Brasil sofreu profundas modificações, trazidas pela industrialização do país. Até 1940, cerca de 70% da força de trabalho estava ocupada na agricultura, onde exercia esta atividade sem deixar seu tradicional papel de dona de casa. Nesta época: 1920/40 a maioria das mulheres que trabalhavam nas cidades estava engajada em atividades (por exemplo: serviço doméstico remunerado, costureira, etc.) que não discrepava de sua "especialização" feminina. No campo ou cidade a mulher só participava do trabalho como auxiliar do homem, no seio da própria família ou de uma família estranha. A partir desta data houve profundas transformações na relação da mulher brasileira com o processo coletivo, que se podem resumir nas seguintes tendências:

1. Êxodo rural. Numa primeira etapa (1940/50) houve uma substituição do trabalho feminino pelo masculino nas grandes propriedades. A seguir (1950/60) nota-se uma diminuição do emprego tanto do homem como da mulher nas grandes

propriedades pela mecanização de suas atividades.

2. A vinda de uma proporção cada vez maior das mulheres à cidade coincide, a partir de 1940, com transformações estruturais na atividade manufatureira. Uma parte destas transformações é constituída pela substituição de atividades artesanais por fabris. Parte das atividades artesanais (confeção de roupas) era exercida por mulheres. Sendo a produtividade do trabalho nas unidades fabris muito maior que no artesanato a expansão das fábricas eliminou um número considerável de lugares de trabalho feminino.

3. Mais do que na indústria, é no setor terciário que se multiplica este tipo de trabalho feminino, cujo caráter econômico-social é idêntico ao trabalho normalmente exercido pelo homem. A expansão dos Serviços de Consumo Coletivo abriu perspectiva de integração à produção social a um número considerável de mulheres, sobretudo às que dispõem de nível educacional relativamente elevado. Do ponto de vista da sociedade global isto significa o aproveitamento de um apreciável potencial de força de trabalho, de bom nível de qualificação que antes era desperdiçado, já que fatores estruturais impediam sua utilização. Foram as exigências da industrialização que determinaram sua expansão, o que pôde ser feito a um custo social reduzido, na medida em que se aproveitou um potencial produtivo até então ocioso.

A transformação estrutural dos Serviços de Produção gerou novas oportunidades para o trabalho feminino. O crescimento das empre-

sas comerciais e das instituições de crédito acarretou maior número de emprego ocupado por mulheres. Aí se verifica o mesmo que na indústria: na medida que as mercearias e quitandas são substituídas por supermercados o número de mulheres engajadas no comércio cresce menos, mas qualitativamente a mudança é significativa, pois elas deixam de ser "membros não remunerados da família" para se tornarem assalariadas.

Em 1970 pode-se estimar que mais de 3/4 das mulheres economicamente ativas se encontram na agricultura de subsistência, no serviço doméstico remunerado. É animador constatar que em 1960 elas constituíam, nessa categoria, mais de 4/5. É de se supor que a intensificação do ritmo de desenvolvimento venha a reduzir essa proporção.

A Mulher na Igreja

O lento processo da libertação da mulher, parece começado na Igreja, com a valorização da figura feminina de Maria, Mãe e Virgem. Com a valorização da virgindade consagrada, abriu-se para a mulher uma brecha para escapar da dominação masculina e se afirmar como pessoa autônoma independente do pai, do esposo, ou doutro "protetor" qualquer. Não mais esposa, mãe ou concubina, à mulher se oferece enfim a possibilidade de plena posse de si mesma.

É bem verdade que parou aí a atuação da Igreja em favor da libertação da mulher. A comunidade eclesial que deveria ser uma inspi-

ração para o mundo se organizou e se organiza como cópia fiel do mundo. E a mulher continua a ter, na Igreja, o mesmo papel que na sociedade: papel secundário, submisso, sem direito à voz.

Como na sociedade, também houve mulheres, na Igreja, que ignoraram os limites impostos e ousaram atuar e falar. Por exemplo, Santa Teresa d'Ávila e Santa Catarina de Sena que até foram reconhecidas, como "doutoras" da Igreja.

Hoje também na Igreja, como na sociedade, a mulher começa a assumir campos tradicionalmente reservados aos homens, exercendo funções presbiterais. Só não celebram a Eucaristia nem dão a absolvição sacramental. E quem disse que não poderão fazer isto também? Em virtude de que incapacidade? Não há portanto limites para as funções que a mulher pode exercer tanto na Igreja como na sociedade. Mas o papel da mulher na Igreja não há de ser definido a partir das funções que ela aí exerce ou pode exercer. Isso seria continuar a mantê-la reduzida a mero instrumento ou utensílio. O seu papel há de ser compreendido à luz da sua condição de pessoa humana e da sua vocação cristã.

"A idéia da vocação é universal e se dirige a todos os seres humanos. Ela se constituiu em fundamento e justificação de todo ser humano; ela é indissolúvelmente esse ponto de personalização, de relação íntima e secreta de cada ser humano com Deus. Conseqüentemente, transcendemos, nesse nível o problema do sexo; a masculinidade e a feminilidade se apagam

no coração da humanidade divinizada tanto na sua fonte que é apelo e vocação à adoção divina como no seu fim escatológico.

A personalidade da mulher se funda nessa essência profunda que a faz imagem de Deus e que a liga, ao homem, ao Ser Absoluto, Criador. Essa relação fundamental e criadora arranca à toda alienação, à toda inautenticidade mitológica, a todo destino de instrumento ou de meio a que se tenta reduzir a sua "natureza". A alienação de todo

ser humano, homem ou mulher, se tornou para sempre, sacrílega, monstruosa; é esquecimento ou negação dessa relação real que o constitui na sua liberdade, imagem de Deus" (Yvonne Pellé Douel, *Être Femme*).

Será que a revisão do papel da mulher na Igreja não deveria começar pela revisão do valor que se dá à pessoa humana na Igreja? Ou por outro lado, a revisão do papel da mulher na Igreja talvez nos leve a rever a situação do homem na Igreja.

A Profissionalização da Religiosa

Uma síntese das conclusões da "Profissionalização da Religiosa" — tese de mestrado, em São Paulo 1971, de Maria Thereza Caiubi Crescenti — pode ajudar a perceber o "status" atual da mulher consagrada na Igreja no Brasil.

O estudo sobre a Religiosa e a profissão só adquire verdadeiro sentido sociológico se for considerado dentro das coordenadas mais amplas da sociedade atual. É uma questão pouco estudada, inexplorada e complexa. O que se pretende é abordar apenas uma parte do fenômeno sem contudo querer dar uma resposta exaustiva do problema, e sim iniciar uma investigação.

As conclusões deste estudo consideram três pontos principais:

1. Verificar se as atividades especializadas das Religiosas em São Paulo estarão ou não adquirindo um caráter de profissionalização.

2. Até que ponto estas atividades se aproximam ou não do exercício profissional da mulher de hoje.

3. Exame da hipótese de se encontrar em São Paulo maior adaptação da Religiosa à vida moderna, por se tratar de uma área mais industrializada do que a do Rio de Janeiro.

Em relação ao primeiro ponto, considerando a definição de Max Weber a respeito de profissão, observamos a procura de uma especialização através da escolaridade e a inexistência do nível pessoal do fator remuneração, da parte das religiosas. Conclui-se que isto impede — que as atividades tenham um caráter profissional — conforme o sentido completo da definição adotada.

Que impediria maiores aberturas à profissionalização da Religiosa? Por que estas enfatizam mais o

lado da especialização e não da remuneração?

A idéia do trabalho remunerado é recente e vista como maior meio de inserção do religioso no mundo. Mas existem barreiras. Constatamos de um lado as Congregações que vêm profissão desvinculada do fator remuneração. Como exemplo concreto temos o depoimento do Dr. Ricardo Gumbleton Duant, Inspetor do Distrito de Itu, que referindo-se à Irmã Vicência da Apresentação, que muitos anos foi professora no Seminário de Educandas daquela cidade, elogiando sua "suficiente aptidão e procedimento exemplaríssimo" pelo fato de ensinar por vocação não recebendo outro salário, senão a sua modesta e parca alimentação.

É uma visão provinciana que a sociedade tem, e impregnada de tradicionalismo, mas a complexidade do problema está no nível de Congregação ainda, que, e somente agora, abriu possibilidade de profissionalização. Está na diferença de ritmo entre as várias congregações religiosas ao aceitar e interpretar uma forma de vida renovada e a diversificação entre as finalidades e as tradições de cada uma.

No Brasil foram iniciadas experiências de novas formas de vida comunitária em que alguns membros já contribuem com um salário. Segundo estudos de Ir. Sebastiana Brito são 134 núcleos atualmente.

Considerando a segunda conclusão referente até que ponto as atividades exercidas pelas Religiosas

se aproximam ou não do exercício profissional da mulher de hoje, pode-se concluir alguns elementos comuns e outros de profunda diferença.

Como diferenças ressaltamos:

O modo de "ser" peculiar da Religiosa, em relação às outras mulheres (ela tem regulamentos específicos que lhe impõem valores e controlam hábitos externos). Outra diferença é o fator remuneração. Não tem sentido de profissionalização a atividade que não for acompanhada do fator econômico. A privação do salário retira a dimensão econômica e impede, em grande parte, a conscientização em termos "subsistência e luta pela vida" enfrentada pela mulher e pela sociedade global. Outro ponto divergente é a visão da mulher sobre o exercício profissional, e a imagem apresentada pela Religiosa, em que predominam os aspectos de religiosidade e altruísmos. **Os pontos convergentes** entre as atividades exercidas pela mulher da sociedade atual e a Religiosa são:

O fato de sofrerem por parte dos homens o bloqueio nas decisões sobre as atividades que exercem ou a serem exercidas. Elas são mais impostas que escolhidas pelas interessadas. Outro ponto de contato é a especialização: embora as Religiosas se ocupem do magistério e da enfermagem, deixam de assumir novas frentes de especialização conforme às exigências da era industrial.

Novo ponto de aproximação está ligado às barreiras ideológicas referentes à profissionalização da

mulher. Segundo as conclusões de Berlinck, "a aceleração do processo de integração da mulher no sistema de produção da sociedade brasileira dependerá não somente do desenvolvimento econômico, mas também das orientações valorativas para a mudança das percepções dos indivíduos, sobre o papel ocupacional da mulher."

No entanto, este último ponto de aproximação entre a mulher da sociedade atual e a Religiosa, faz com que se perceba uma acentuada barreira ideológica, principalmente a esta última, pela imagem que a sociedade global lhe impõe por ser Religiosa e por pertencer ao mundo feminino. Ela precisa **romper com resistências acentuadas que o comum das mulheres**, e para tanto está a altura de perceber os problemas, procurando uma solução.

E finalmente, análise da última hipótese levantada no início pela qual se esperava encontrar em São Paulo maior adaptação da Religiosa à vida moderna, por se tratar de uma área mais industrializada do que a do Rio de Janeiro.

A constituição da amostra analisada nos dois lugares apresentam profundas semelhanças quanto à origem local, persistindo a maioria oriunda do interior; o grau de escolarização e outros traços.

Sem utilizar uma minuciosa e detalhada comparação verificou-se que todos os pontos principais na análise do Rio de Janeiro foram confirmadas em São Paulo. Logo, a hipótese de se encontrar maior adaptação da Religiosa ao mundo do trabalho, dadas a industrializa-

ção e urbanização mais intensa desta capital, não se sustenta.

Aceitando-se este fato, aceita-se também como explicação a oposição causada pelas imagens da profissionalização tanto para a Religiosa como para a mulher em geral. No entanto, dada a constituição da amostra, impregnada de elementos de origem provinciana e de pouca elevação sócio-cultural, pode-se acreditar que as dificuldades a superar na profissionalização sejam ainda maiores do que se o grupo fosse integrado por elementos de condição sócio-econômica mais elevada e com mais alta escolarização.

A partir disto, conclui-se que haverá maior adaptação da Religiosa ao mundo do trabalho num grupo em que o nível sócio-econômico for mais elevado. Isto tem motivado, em parte, as Congregações a selecionarem com maiores exigências as suas candidatas.

Concluindo podemos deduzir que o terreno estudado é passível de maiores e mais profundas investigações as quais poderão prosseguir numa direção cada vez mais segura e oferecer à Sociologia da mulher, uma contribuição cada vez mais rica e mais completa.

Levantamento de Problemas

1. As religiosas se questionam sobre as imagens da mulher no passado e no presente? Como?

2. Sua ação decorre de um estudo da realidade? Ou de um querer sustentar obras, instituições, realizações pessoais? Ou apenas se

acomodam ao que já existe? Ou ao que lhe é proposto (pelos superiores e hierarquia)?

3. Desejando atender áreas prioritárias, que garantia de subsistência ela terá ao abandonar as obras de onde lhe provém o próprio sustento e estão sendo altamente criticadas? (Observação: constata-se que a hierarquia, o clero e os leigos dificilmente têm possibilidade de subvencionar obras nestes setores prioritários).

4. Exemplo concreto: Uma Religiosa especializada, trabalhando num setor profissional dezoito horas semanais ganhava Cr\$ 2.500,00 exercendo o mesmo trabalho em setor de Igreja ganha Cr\$ 111,00. Isto é possível? Neste sentido necessita as Congregações que mantêm obras tradicionais para mantê-las e ainda as outras na mesma situação. É justo e viável? Qual seria a solução?

A Religiosa e a Hierarquia

1. As Religiosas participam do planejamento pastoral em todas as

fases desde a reflexão até a avaliação e replanejamento? (Observação: na realidade se observa que ela apenas executa tarefas que lhe são impostas).

2. As Religiosas esperam ser convidadas e se convidadas aceitam assumir trabalhos prioritários para a Igreja? Por que sim e por que não? Em muitos casos se constata se convidadas não aceitam e se aceitam, ficam passivas.

3. Como é que a hierarquia percebe a mulher como capacidade de visão dos problemas pastorais e possibilidade de diálogo? Por outro lado é de se perguntar também o que se tem feito na Igreja para promover a mulher no papel que lhe cabe por direito, como companheira e colaboradora do homem na organização da comunidade eclesial. Vejamos um exemplo: Na eleição de um Vigário Episcopal em que votavam Religiosas e Clero, sendo aquelas em maior número, os votos foram computados em separado, tendo sido eleito um candidato que não contava com nenhum voto das Religiosas.

Estamos encaminhando o resultado de um inquérito que a CRB fez sobre Pastoral Vocacional das Congregações Religiosas no Brasil. Conhecemos as limitações do trabalho mas conhecemos também a urgência de novas iniciativas no Setor Vocacional. Por este inquérito pode-se observar o esforço de numerosas Congregações, bem como a omissão de outras. Damo-nos por satisfeitos, se através deste intercâmbio de experiências, surgirem novas iniciativas de promoção vocacional.

Este trabalho foi realizado pela Irmã Jeanne Marie Tierny, auxiliada pelas Irmãs Maria de Lourdes Sá Pereira, Lina Boff e Maria de Lourdes Barbosa. Dom Valfredo Tepe e Pe. Virgílio Uchoa reviram o texto por parte da CNBB, o mesmo fazendo a Comissão Executiva por parte da CRB, visto se tratar de um Setor Conjunto das duas Conferências.

PASTORAL

IRMÃ JEANNE MARIE TIERNY, OSU

Introdução

O Setor Vocacional CNBB-CRB, único, tem uma secção específica **Vida Religiosa** que diz respeito à problemática vocacional em nossas Congregações. A equipe que coordena trabalha em união com a Diretoria e o Executivo da CRB que tem por principal objetivo a promoção, no Brasil, de uma vida religiosa sempre mais evangélica e renovada segundo as exigências do mundo de hoje.

A Pastoral Vocacional toma, hoje em dia, novos enfoques como evidenciou o Congresso Internacional de Pastoral Vocacional realizado de 20 a 24 de novembro de 1973 pela Sagrada Congregação para a Educação Católica e que chegou às seguintes conclusões, transmitidas pelo nosso representante a Dom Valfredo Tepe:

a) A Pastoral Vocacional, também incluída a dos Religiosos e Religiosas, deve estar inserida na Pastoral Orgânica da Igreja Local.

b) Educar a fé baseando-se na vocação batismal universal de modo a conduzir à realidade multiforme das diversas vocações específicas. c) Tornar o povo de Deus comunitariamente responsável por estas vocações que surgem dos ambientes onde se testemunha uma fé viva. d) Ter um plano organizado de acompanhamento e cultivo das vocações.

O Setor Vocacional — Secção Vida Religiosa — lançou um in-

quérito sobre a modalidade da formação atualmente em curso nas Congregações. Responderam 200 províncias: 77 masculinas e 123 femininas. Acharmos válida a sua publicação através de **Convergência** porque pode interessar aos religiosos e religiosas. A síntese dos dados que obtivemos através dos questionários será publicada à parte, o suficiente para que os leitores tenham uma visão geral do trabalho realizado pelo Setor Vocacional.

VOCACIONAL

Relação e análise de um inquérito sobre a situação vocacional e a modalidade de formação

O questionário visava obter dados quantitativos sobre: 1.º) A modalidade da formação: humana, intelectual, profissional, espiritual, religiosa, pastoral. 2.º) As etapas da formação: grupos de jovens, postulante, noviciado, juniorato, formação continuada, considerando a idade, o grau de escolaridade, a proveniência quanto ao ambiente. 3.º) A profissionalização: no postulante, no juniorato. 4.º) Os trabalhos de Pastoral Vocacional feitos em entrosamento com a Igreja Local. 5.º) O diaconato permanen-

te na vida religiosa masculina. 6.º) Os novos ministérios na vida religiosa feminina.

Foram enviados 556 questionários a 214 províncias masculinas e a 342 províncias femininas. Duzentas respostas nos chegaram até fins de outubro. Note-se que o percentual das respostas foi exatamente o mesmo para as províncias masculinas e femininas: 35,9%, correspondendo a 77 províncias masculinas e a 123 femininas. No entanto, o número de membros a

quem diz respeito é bem maior nas Congregações femininas. Representa um total de 6.520 para as 77 províncias masculinas e 16.286 para as 123 províncias femininas.

O número de respostas não chegou à metade. As razões seriam de ordem interna das Congregações ou de desconfiança diante do setor cuja ação foi reduzida, ou simplesmente um não acreditar no instrumento de levantamento que é um questionário?

1. Modalidade de formação

Tomando o conjunto de respostas às perguntas abertas, a equipe de apuração tentou uma análise baseada nos próprios dados. Ela é limitada como sói acontecer em questões deste gênero. Seguem os critérios como pontos de referência adotados pela equipe de trabalho.

Formação tradicional em renovação: repensada em termos de: a) Valorização dinâmica dos princípios básicos que fundamentam o ser religioso, encontrados em toda a história da vida religiosa na Igreja, ou seja: vida pautada pelo evangelho, vivência dos votos, vida fraterna. b) Encarnação deste ser religioso no mundo de hoje em vista de um testemunho inteligível e atraente.

Apresentamos a seguir as características da Formação nas províncias, tiradas dos questionários recebidos e que se enquadram nos critérios acima formulados.

Quanto ao espírito da formação. Vivência profunda do mistério de Cristo em todas as etapas da formação. Experiência de Deus. Volta ao espírito do fundador. Insistência sobre os princípios básicos em vista a uma formação de vida aberta. Clima de liberdade responsável. Abertura à realidade de modo a se deixar questionar por ela. Formação ao senso crítico diante da evolução da sociedade. Respeito ao ritmo de cada um. Regime de vida comunitária brotado da missão assumida e da vivência entre os membros (não imposto de fora). Co-responsabilidade na vida comunitária: hospitalidade e disponibilidade. Unificação dos princípios da Vida Religiosa que, ao mesmo tempo, são expressos de maneira pluriforme.

Quanto ao plano de formação.
a) Os membros responsáveis formam equipe, suscitam comunidades formadoras (partilha espiritual e missão de vida), dão um acompanhamento pessoal aos formandos.
b) O programa de formação é pensado e continuamente revisto em função da realidade dos formandos e de sua missão presente e futura. Leva em conta três dimensões da formação: ♦ Humana e cultural, exigência de nível intelectual e profissionalização. ♦ Espiritual, doutrina e vivência. ♦ Pastoral, formação teórica e prática para uma inserção efetiva na Igreja particular e um serviço à Igreja universal. Dá oportunidade para a formação continuada durante toda a vida religiosa: reciclagens, não só promovidas pela Congregação, mas participação em cursos que a Igreja local oferece.

Quanto à participação dos membros da província na formação. Co-responsabilidade de todos os membros no processo de renovação da província. Empenho por parte de todos, na pastoral vocacional: pela oração, pelos grupos de jovens, pela acolhida aos novos membros. Missão da província continuamente repensada, segundo a carisma da Congregação, em função das necessidades prioritárias do meio. Abertura para os novos ministérios de acordo com a vocação de cada um.

Percentual das respostas:

30 entre 77 províncias masculinas: 38,0%

40 entre 123 províncias femininas: 32,5%

Pergunta-se: Estas 70 Congregações não estão nos dando pistas excelentes para que nossas comunidades religiosas tenham condições de responder à missão da vida religiosa no mundo de hoje?

Formação tradicional adaptada: Baseada em: a) Um assumir de novos tipos de obras, novos ministérios. b) Formação não repensada quanto ao seu espírito em função da nova atuação. c) Ausência de planejamento.

Percentual das respostas:

12 entre 77 províncias masculinas: 15,0%

28 entre 123 províncias femininas: 22,7%

Pergunta-se: 1.º) É suficiente um ajustamento exterior para pensar em renovação? 2.º) Como evi-

tar tensões e crises nas pessoas que desempenham estes trabalhos novos, para os quais não foram preparadas? 3.º) Como encontrar compreensão e apoio por parte dos membros não envolvidos nesses trabalhos?



Formação tradicional. Formação enfocada sob o aspecto intelectual. Sistema de recrutamento e de juvenato. Atenção primordial às obras da Congregação. Falta de entrosamento pastoral da Igreja local.

Percentual de respostas:

13 entre 77 províncias masculinas: 16,8%

9 entre 123 províncias femininas: 7,3%

Pergunta-se: Uma formação assim não seria uma forma de desconhecer as tensões inerentes ao diálogo com o mundo? Não levaria a vida religiosa a certa rotina e a esvaziaria do seu dinamismo e missão para o mundo?



Formação pouco definida. Questionários que não apresentaram respostas referentes às modalidades da formação. Apenas deram dados quantitativos em outros itens do questionário. Em síntese: não houve pronunciamento a respeito da formação.

Percentual das respostas:

12 entre 11 províncias masculinas: 15,0%

36 entre 123 províncias femininas: 29,2%

Pergunta-se: Será necessário sempre definir a modalidade de formação?



Casos especiais: situações que se distanciaram dos critérios apresentados anteriormente. Características destes casos: a) Congregações tipicamente estrangeiras sem resultado vocacional. b) Províncias sem condições de formação. c) Províncias formando os candidatos, desde o noviciado, totalmente fora do ambiente. Exemplo: do Norte para o Sul do Brasil ou no estrangeiro. d) Província aberta exclusivamente a elementos universitários.

Percentual das respostas:

7 entre 77 províncias masculinas: 9,0%

5 entre 123 províncias femininas: 4,0%

Em branco. Deixaram em branco as perguntas sobre a modalidade da formação.

Percentual das respostas:

3 entre 77 províncias masculinas: 3,8%

5 entre 123 províncias femininas: 4,0%



Em síntese, por ordem decrescente, o número de respostas.

	Respostas			Percentagens		
	Total	M	F	Total	M	F
Form. tradicional em renovação	70	30	40	35%	38,0%	32,5%
Formação pouco definida	48	12	36	24%	15,5%	29,2%
Formação tradicional adaptada	40	12	28	20%	15,5%	22,7%
Formação tradicional	22	13	9	11%	16,8%	7,3%
Casos especiais	12	7	5	6%	9,0%	4,0%
Em branco	8	3	5	4%	3,8%	4,0%

A dimensão Congregação. Das 200 respostas, apenas 43 mencionaram a dimensão Congregação: vida do fundador, espírito, história e finalidade da Congregação.

Percentual das respostas:

13 entre 77 províncias masculinas: 16,8%

30 entre 123 províncias femininas: 24,3%

Pergunta-se: Que significa este fato? Uma maior abertura para a Igreja universal? Uma noção dife-

rente de identidade? Um esvaziamento da mesma identidade?

2. Etapas da formação

2.1. Grupos de Jovens. Trata-se de províncias masculinas e femininas que trabalham com grupos de jovens em vista do aprofundamento da fé, pois este trabalho parece ser um sinal de Pastoral Vocacional aberta. Quase três quartos das províncias trabalham com Grupos de Jovens em vista da Pastoral Voca-

cional. As religiosas atendem especialmente as áreas urbana e suburbana. Os religiosos em igualdade: zonas urbana e rural. A frequência das reuniões é semanal. Várias províncias falam de "dia mensal de oração". Nota-se também o processo de desaparecimento dos internatos femininos "tipo juvenato": 3,6%.

2.2. Postulantado. 40% das províncias masculinas têm postulantes ou cursos de filosofia: 60% das províncias masculinas têm postulantes ou filósofos; 45% das províncias femininas têm postulantes; 70% das províncias femininas têm postulantes. Há províncias sem postulantado, mas com postulantes, que vivem nas comunidades onde, desde o início, estão em contato com a realidade da vida religiosa. Há menor número de províncias femininas sem postulantes se comparadas às províncias masculinas. O número global, porém, de postulantes masculinos é maior. Os candidatos vêm principalmente da zona rural: 60% nas províncias masculinas. Nas províncias femininas são aceitas candidatas muito jovens: 25% têm menos de 18 anos. O grau de escolaridade, nas províncias femininas, está, em geral, muito baixo: 44% das candidatas são estudantes do primeiro grau.

2.3. Noviciado. Das províncias masculinas, 55% e das femininas, 66% têm noviços. Com dez e mais noviços: 31 e de noviças, 23, para uma só província. No entanto, 45% das províncias masculinas e 33% das femininas não têm noviços. Isto nos leva a pensar que

várias províncias preferiram fazer uma "parada" a fim de ressituarse em um novo tipo de vida religiosa diante de um mundo que continuamente a questiona.

2.4. Juniorato. Das províncias masculinas, 62% e das femininas, 82% têm junioristas. Isto leva a estimar que a vida religiosa é ainda um valor primordial em termos de opção e entrega total nos dias de hoje, mesmo para a geração mais nova. A nomenclatura desta etapa de formação e sua duração variam segundo as Congregações, fato que leva a relativizar os dados do item **Formação pouco Definida.** O grau de escolaridade dos junioristas, nas províncias femininas, está ainda muito baixo.

3. Formação continuada

Entendemos por formação continuada aquela que segue a vida do religioso após as etapas da formação inicial e da qual não pode prescindir para ser fiel ao seu carisma.

Percentual das respostas: 56 entre 77 respostas masculinas deixaram esta pergunta em branco: 76,6% e 66 entre 123 respostas femininas deixaram esta pergunta em branco: 53,6%.

Das 78 respostas podemos destacar:

1. A província possui uma equipe que planeja e promove cursos e encontros: 9 províncias, 5 masculinas, e 4 femininas. 2. Ano de renovação após 5 ou 10 anos de profissão, às vezes chamado o terceiro noviciado: 4 províncias. 3.

Cursos de longa duração como: ISPAC, CEFEPAL, CAT, CEPAC, CEVAM, Mater Ecclesiae, Lumen Vitae etc. 4. Cursos de Pastoral, Encontros de Espiritualidade, Cursos de Iniciação Teológica, Catequese, Sagrada Escritura, Vida Religiosa, Espírito da Congregação: 24 províncias. 5. Diversos cursos: 14 províncias femininas. 6. Referência apenas à formação profissional: 6 províncias, 3 femininas e 3 masculinas. 7. Referências à formação das junioristas, o que não diz respeito a esta pergunta: 9 províncias.

No seu conjunto, portanto, apesar de algumas promoções excelentes, o plano de formação continuada se revela bastante fraco. Que fazer para que esta dimensão tão importante seja sempre mais assumida?

4. Pastoral Vocacional na Igreja Local

A Pastoral Vocacional significa um conjunto de elementos essenciais para levar os jovens a uma opção lúcida e corajosa a serviço da Igreja numa vocação específica, tais como: presbíteros, religiosos, religiosas, leigos e leigas engajados. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de vida eclesial incluindo a dimensão congregacional mas não se restringindo a ela. Numa ótica de Vaticano II, como seria ainda concebível um trabalho de recrutamento visando simplesmente obter operários para as obras da Congregação?

Colocamos aqui os dados que levantaram os questionários. Eles permitem fazer uma análise da realidade apresentada e também, oferecem pistas para uma Pastoral Vocacional inserida na Igreja local.

Percentual das respostas: 1.º) Com membros engajados na Pastoral Vocacional: 44 entre as 77 províncias masculinas, 57,1% e 53 entre as 123 províncias femininas, 43,0%. 2.º) Sem membros engajados na Pastoral Vocacional: 33 entre as 77 províncias masculinas, 42,8% e 70 entre as 123 províncias femininas, 56,9%. **Total** de membros engajados: Masculinos, 163 e femininos, 175.

As províncias masculinas se pronunciaram sobre a modalidade deste engajamento com:

1. Membro integrando: a) Comissão de Pastoral Vocacional Paroquial: 8 províncias; diocesana ou regional, 13 províncias. b) Comissão de Pastoral Juvenil e Vocacional, 3 províncias. c) Setor Vocacional CNBB-CRB, uma província.

2. Religiosos trabalhando na Pastoral da Juventude: a) Coordenando grupos de jovens, 11 províncias. b) Organizando movimentos com os jovens, 10 províncias. c) Fazendo reflexões com grupos de jovens, 4 províncias. d) Promovendo encontros de jovens com vista de uma opção vocacional, 7 províncias. e) Formando líderes para as comunidades de base, 2 províncias.

3. Religiosos dando palestras de orientação vocacional: a) Nas escolas, 13 províncias. b) Pelo rádio

e TV, 3 províncias. c) Através da Pastoral Catequética, 15 províncias. d) Promovendo celebrações litúrgicas, 5 províncias.

4. Religiosos motivando para a oração: a) Dia de oração nas escolas, uma província. b) Semana vocacional, 3 províncias. c) Mês vocacional, uma província.

5. Religiosas elaborando: a) Material audiovisual, 2 províncias. b) Cadernos de formação, folhetos, 2 províncias.

6. Religiosas acompanhando diretamente os jovens e visitando as famílias deles, 9 províncias.

7. Membros liberados para a Pastoral Vocacional: 20 províncias, totalizando: 12 províncias com uma pessoa; 26 entre 2 e 5 pessoas; 4 com pessoas; uma com 8 pessoas e uma com 17.

Há recrutadores que trabalham sem engajamento com a Igreja local e angariando vocações para a Congregação. Que pensar desta linha de ação?

As províncias femininas se pronunciaram sobre a modalidade deste engajamento com:

1. Membro integrando: a) A coordenação vocacional, uma província. A coordenação regional, uma província. A coordenação diocesana, 11 províncias. b) Organização da Pastoral Vocacional na diocese, 4 províncias. c) Formação espontânea de uma equipe para o setor vocacional, uma província. d) Organização de movimentos vocacionais com jovens em âmbito diocesano, duas províncias. e) Campa-

nhas vocacionais nas paróquias do interior, 9 províncias e das cidades, 5 províncias.

2. Religiosas trabalhando com os jovens: a) Em âmbito paroquial, 13 províncias. b) Fazendo reuniões com grupos de jovens, 10 províncias. c) Promovendo encontros de jovens, 11 províncias. d) Promovendo cursos vocacionais intensivos, 5 províncias. e) Promovendo retiros, 4 províncias.

3. Religiosas: Promovendo Pastoral Vocacional através da Pastoral Familiar, 4 províncias. De ciclos bíblicos, 2 províncias. De clubes de mães, 2 províncias. Da catequese, 7 províncias. Da catequese nas escolas, 4 províncias. b) Formando líderes rurais e catequistas; 4 províncias. c) Promovendo celebrações litúrgicas, 7 províncias e programas de rádio, 2 províncias. c) Escrevendo artigos vocacionais divulgados por jornais, 2 províncias.

4. Religiosas motivando para a oração, 2 províncias; para o Dia das Vocações, uma província; para a semana vocacional, 6 províncias; para clima de oração despertando nos grupos de jovens estima e interesse pela vida religiosa e sacerdotal, uma província.

5. Religiosas elaborando: a) material bibliográfico, uma província; b) discos, folhetos e cartazes, 5 províncias; c) boletim vocacional, uma província.

6. Religiosas: a) Orientando os jovens, 8 províncias. b) Orientação vocacional com testes vocacionais, uma província. c) Acompanhamento por correspondência, 3 provín-

cias. d) Com magistério no seminário maior, uma província; no seminário menor, uma província.

7. Promotora vocacional ou equipe promotora e organização de cursos vocacionais em nível de província: 6 províncias.

Totalizando: 26 províncias com uma religiosa engajada na Pastoral Vocacional; 22 com 2 a 6 religiosas; 3 com 8, 9 e 11 religiosas; uma com 20 religiosas e uma com 32 religiosas. Este comunicado de dados não visa apenas ser um informativo mas visa uma tomada de consciência a respeito de nossa responsabilidade no trabalho da Pastoral Vocacional.

Há pontos excelentes apresentados por uma minoria. O conjunto nos leva a estas conclusões:

O fato de que 56,9% das religiosas e 42,8% dos religiosos não responderam a pergunta a respeito da Pastoral Vocacional, não revelaria que ainda estamos pouco alertados para a dimensão da Igreja local, tanto valorizada pelo Vaticano II? Seria por um sentimento de insegurança diante do questionamento que provocaria um contato com a realidade da Igreja local? Três respostas lastimam que não haja nenhuma promoção em nível de Igreja local. Não poderíamos ajudar a promover o que não existe e que tem de ser?

Aspectos altamente positivos: 1.º) Uma província religiosa masculina coloca em primeiro lugar a Igreja Particular, suas necessidades, seu serviço, aceitando mesmo a perspectiva de morrer, se for pre-

ciso, desde que a Igreja viva. 2.º) Quatro religiosas organizaram a Pastoral Vocacional nas suas respectivas dioceses. 3.º) Uma equipe de Pastoral Vocacional se formou espontaneamente em nível de cidade. 4.º) Uma religiosa leciona no seminário maior. Várias em seminário menor.

5. Diaconato permanente

Sobre a introdução do diaconato permanente, foram poucos os dados recebidos: 8 entre 77 províncias masculinas declararam que têm o diaconato permanente, 10,3%. Uma província tem dois diáconos em formação; 2 províncias têm um diácono em formação; 5 têm um diácono ordenado.

As modalidades da formação são as seguintes: a) Estudos individuais orientados por um sacerdote. b) O candidato cursa o currículo normal do seminário. c) Os candidatos são formados pelas equipes diocesanas. d) Um confrade ministra o curso e submete o candidato a exame de aprovação. e) O candidato segue durante três anos o curso de formação da diocese e adquire uma formação prática nas paróquias e nos movimentos.

Pode-se concluir que o diaconato permanente nas Congregações masculinas, no Brasil, é pouco significativo. O relatório do Projeto 4.1.2. da CNBB a respeito do Diaconato Permanente no Brasil informa que 98% dos diáconos são casados, um por cento é viúvo e um por cento solteiro. Será que em nossos dias o diaconato permanente condiz com a vida religiosa masculina?

6. Ministérios das religiosas

As religiosas entraram decididamente na linha ministerial, seja nos ministérios tradicionais da catequese paroquial sejam como colaboradoras da Paróquia, seja nos novos ministérios.

Das 123 províncias femininas:

- 32 = 26,0% têm ministros da palavra engajando 193 membros.
- 105 = 85,3% têm ministros da eucaristia engajando 863 membros.
- 108 = 87,8% têm catequistas paroquiais engajando 1834 membros.
- 107 = 86,9% têm colaboradoras de paróquias engajando 1412 membros.
- 38 = 30,8% têm dirigentes de paróquias engajando 121 membros.
- 61 = 49,5% têm coordenadoras de pastoral engajando 269 membros.

Isto significa uma promoção da mulher na Igreja. A linha ministerial, contudo não é essencial à vida religiosa, embora seja assumida a título supletivo em espírito de diaconia.

7. O que se espera do setor vocacional CNBB-CRB: secção vida religiosa

Das 200 províncias masculinas e femininas, 120 = 60% pedem alguma coisa e 80 = 40% envia-

ram o questionário em branco neste item. Eis os pedidos:

1. Pedem Orientação, diretrizes, sugestões, incentivo, apoio: 54 províncias.
2. Cursos para orientadores vocacionais, para formadores: 47 províncias.
3. Coordenação, comunicação de experiências, quando possível com avaliação: 34 províncias.
4. Material, cartazes, folhetos, cartões, bibliografia: 32 províncias.
5. Reflexão divulgada por publicações e apostilas: 26 províncias.
6. Atuação através dos meios de comunicação social: 12 províncias.
7. Visitas e atendimento às Congregações e dioceses: 9 províncias.
8. Assessoria para organização em nível diocesano e regional: 8 províncias.

O Setor Vocacional da CNBB-CRB tem condição para responder a alguns destes pedidos: reflexão e orientação, comunicação de experiências, promoção de cursos em âmbito nacional, algumas visitas às congregações e dioceses. O Setor não tem condições de elaborar material. Pode, todavia, indicar as dioceses e congregações que o fazem.

Conclusão

Na carta aos romanos São Paulo nos aponta os elementos essenciais da vocação. "Deus distingue seus eleitos, os predestina a serem conformes ao seu Filho, os chama, os justifica, os glorifica," Rom 8, 28-30. A Pastoral Vocacional procura dar condições e criar um clima que permita e fortaleça as opções. Os jovens, portanto, para escolher seu caminho de vida, assim como os

adultos para assumir seu compromisso a serviço da Igreja, precisam deste clima que eles mesmos, por sua vivência comunitária, suscitam.

A ajuda mútua é imprescindível. Quando é organizada e, ao mesmo tempo, imbuída do espírito de fé no dom de Deus que chama e salva, constitui a Pastoral Vocacional. Concretamente nos dias de hoje, a Pastoral Vocacional situada no coração da Igreja, resente-se da crise do povo de Deus no mundo que nasce. A vida religiosa, com a Igreja, deve se renovar, isto é, mudar, em função do meio onde está inserida. Assim, dependente de condições sociológicas, esta mudança é gradativa. As áreas dos grandes e recentes complexos industriais e os ambientes juvenis precisam de um outro tipo de vida religiosa, ainda a criar.

Nossas Congregações se situam em etapas diferentes: ♦ Umas repetem o passado. ♦ Outras, diante da complexidade das situações, fizeram uma pausa e, durante algum tempo, não receberam candidatos. ♦ Outras ainda, arriscam caminhos novos nos quais algumas já colheram resultados positivos.

Nunca vamos ter toda a luz para caminhar com segurança total. Nosso caminhar é na fé. Não podemos ser omissos. Devemos tomar consciência da problemática e enfrentá-la. É caminhando com lucidez e coragem que a luz se fará.

Antes de pensar em Pastoral Vocacional, é necessário um aprofundamento sobre a vida religiosa e sua missão no mundo de hoje. Revalorizando o ser, a atuação e a

imagem do religioso e da religiosa, torna-se assim possível por parte dos jovens uma opção esclarecida para a vida religiosa. Neste sentido vão as promoções da CRB em nível nacional, regional e, mesmo diocesano. Ela procura um aprofundamento teológico-pastoral sobre:

♦ O ser religioso que é radicalização da experiência de Deus.

♦ A missão dos religiosos e das religiosas na América Latina hoje. Visa, portanto, suscitar uma vida religiosa que tenha as características de nossa realidade.

♦ A inserção dos religiosos e das religiosas na Igreja Particular.

É interessante sublinhar que quase a totalidade dos agentes pastorais nas prelazias e em bom número das dioceses são religiosos e religiosas.

A pastoral vocacional é uma dimensão da Pastoral Orgânica (Pastoral de Conjunto efetivamente integrada) que estabelece prioridades pastorais e programas de ação. "Entrosar-se com os esforços pastorais orgânicos é questão de vida e de morte para a Pastoral Vocacional" Cf. Pastoral Vocacional no Brasil, separata do Comunicado Mensal da CNBB, agosto de 1973.

De outro lado, a Pastoral Orgânica para responder à sua missão na Igreja, deve pôr em relevo sua dimensão vocacional. Assim, a Pastoral Vocacional entra em tudo, diz respeito a tudo e em tudo deve ser levada em conta, principalmente na Pastoral Juvenil e Familiar, na Catequese, nos meios de comunica-

ção social. Isto supõe que ela seja assumida por equipes deversificadas — padres, leigos, religiosos e religiosas —. O ponto de integração destas equipes será o serviço à Igreja particular e local.

O serviço que o Setor Vocacional, dentro de seus limites, poderá prestar, será: ♦ Um intercâmbio

de informações. ♦ Alguns subsídios teológicos-pastorais. ♦ Uma ajuda à formação de equipes responsáveis pela Pastoral Vocacional. Queremos, por fim, sublinhar que a vitalização da secção vida religiosa no Setor Vocacional Nacional depende, essencialmente, das comunicações e do entrosamento com as províncias religiosas.

QUADRO 1

GRUPOS DE JOVENS E PROVÍNCIAS (77 Masc. e 123 Fem.)

	Prov. Masculinas		Prov. Femininas	
	Total	%	Total	%
Têm grupos de jovens	57	74,0	82	66,6
Não têm grupos de jovens	20	25,9	41	33,3
Número de grupos	295	—	432	—
Número de participantes	8.460	—	7.414	—
Os jovens vivem em ambiente rural	3.703	43,7	1.669	22,5
Vivem em ambiente urbano	3.680	43,4	3.248	43,8
Na periferia de grandes cidades	520	6,1	2.200	29,6
Não declararam	—	6,8	—	4,1
Fazem reuniões semanais	41	71,0	58	70,7
Reuniões quinzenais	7	12,2	12	14,6
Reuniões mensais	6	10,5	23	28,0
Não declararam	—	5,4	—	—
Outros tipos de reuniões	—	—	10	12,1
Reunem-se em internatos ou Seminários menores	9	15,7	3	3,6
Em acampamento	—	—	1	1,2

Observação: Quando as somas e percentagens ultrapassam o total, o fato se explica porque mais de uma província tem mais de um tipo de reunião.

Q U A D R O 2

POSTULANTADO E PROVÍNCIAS (77 Masc. e 123 Fem.)

	Prov. Masculinas		Prov. Femininas	
	Total	%	Total	%
Têm postulante	29	37,6	56	45,5
Não têm postulante	43	55,8	67	54,4
Número de postulantes	510	—	422	—
Sem postulantes nem filósofos	31	40,2	38	30,8
Com 1 a 3 postulantes	12	—	43	—
Com 4 a 6 postulantes	13	—	21	—
Com 7 a 9 postulantes	9	—	9	—
Com 10 e mais	18	—	9	—
Cursos de filosofia	6	—	—	—
Números de filósofos	130	—	—	—
Com 1 a 3 filósofos	2	—	—	—
Com 4 a 6 filósofos	6	—	—	—
Com 7 a 9 filósofos	0	—	—	—
Com 10 e mais	4	—	—	—
Postulantes com menos de 18 anos	90	14,0	107	25,3(*)
Postulantes com 18 a 22 anos	259	40,4	184	43,3
Postulantes com 23 a 30 anos	90	14,0	106	25,1
Com mais de 30 anos	7	1,0	11	2,6
Não declararam idade	—	30,6	—	3,7
Estudantes de primeiro grau	42	6,5	185	43,8
Primeiro grau concluído	71	11,0	64	15,1
Estudantes de segundo grau	126	19,6	71	16,8
Segundo grau concluído	34	5,3	52	12,3
Estudantes universitários	233	36,4	7	1,6
Universidade concluída	30	4,6	12	2,8
Não declararam	—	16,6	—	7,6
Post. provenientes de meio rural	390	60,9	177	41,9
Provenientes de meio urbano	123	19,2	101	23,9
Periferia de grande cidade	17	2,3	27	6,3
Não declararam	—	17,6	—	27,9
São profissionais	9	1,4	33	7,8
Exerciam profissão antes	21	3,2	36	8,5
Não declararam	—	90,8	—	72,8

(*) A partir daqui estas percentagens se referem ao número total de postulantes.

QUADRO 3

NOVICIADO E PROVÍNCIAS (77 Masc. e 123 Fem.)

	Prov. Masculinas		Prov. Femininas	
	Total	%	Total	%
Têm noviciado	37	46,7	76	61,7
Não têm noviciado	40	51,9	44	35,7
Número de noviços	270	—	388	—
Não têm novicos	35	45,3	41	33,3
Províncias com 1 a 3 noviços	18	—	36	—
Com 4 a 6 noviços	8	—	23	—
Com 7 a 9 noviços	6	—	7	—
Com 10 e mais noviços	8	—	11	—
Noviços de ambiente rural	172	63,7	275	70,8
De ambiente urbano	38	14,0	90	23,1
Periferia de grande cidade	13	4,8	23	5,9
Não declararam	—	17,5	—	0,2

QUADRO 4

JUNIORATO E PROVÍNCIAS (77 Masc. e 123 Fem.)

	Prov. Femininas		Prov. Masculinas	
	Total	%	Total	%
Têm juniorato	27	34,0	49	39,8
Têm teologado	8	10,3	—	—
Sem juniorato nem teologado	42	54,6	74	60,1
Número de junioristas	269	—	1.536	—
Número de teólogos	204	—	—	—
Sem junioristas nem teólogos	29	37,6	22	17,8
Com 1 a 3 junioristas	16	—	13	—
Com 4 a 6 junioristas	2	—	13	—
Com 7 a 9 junioristas	5	—	16	—
Com 10 e mais junioristas	6	—	57	—
Com 1 a 3 teólogos	5	—	—	—
Com 4 a 6 teólogos	4	—	—	—
Com 7 a 9 teólogos	3	—	—	—
Com 10 e mais teólogos	7	—	—	—
Com menos de 20 anos de idade	6	1,2	10	0,6
De 21 a 25 anos	187	39,5	552	35,9

De 26 a 30 anos	125	26,4	674	43,8
Com mais de 30 anos	25	5,2	279	18,1
Não declararam	—	27,7	—	1,6
Estudantes do primeiro grau	13	2,7	265	17,2
Primeiro grau concluído	—	—	203	13,2
Estudantes do segundo grau	8	1,6	366	23,7
Segundo grau concluído	8	1,6	333	21,6
Estudantes universitários	185	39,1	178	11,5
Universidade concluída	53	11,2	53	3,4
Não declararam	—	43,6	—	9,4
Estudantes de ambiente rural	237	50,1	942	61,3
De ambiente urbano	56	11,8	437	28,2
Periferia de grande cidade	4	0,8	75	4,8
Não declararam	—	37,3	—	5,5
Profissionalizaram-se	53	11,2	443	28,8
São profissionais	15	3,1	281	18,2
Não declararam	—	75,7	—	53,0

Se hoje se questionam as saídas da vida religiosa é porque, de uma parte, estas saídas são mais frequentes do que no passado; e, de outra, porque são julgadas de modo diferente. Vamos enfocar aqui a questão a partir do ponto de vista do cristão trazendo para o debate um esclarecimento que venha da fé. A dificuldade desta tarefa se delineia nitidamente como ainda se delineiam os limites de quem a enfrenta uma vez que está comprometido e de

maneira definitiva. Isto sem falar de outras dificuldades provenientes de todas as partes, pois os dados estatísticos do problema são incompletos e incertos e as motivações e os juízos quase sempre generalizados. Limites ainda de quem escreve porque escrevo em nome de um **a priori**, o meu compromisso pessoal. O ponto de vista de uma ex-religiosa seria, sem dúvida, diferente, fundamentando-se numa escolha oposta. Tenha-se em mente este pressuposto na leitura desta reflexão.

AS SAÍDAS:

RETROCESSO OU PROGRESSO?

THADÉE MATURA, OFM

I. Os fatos

Vamos traçar os limites de nosso estudo. Consideraremos apenas o caso de homens e de mulheres comprometidos na vida religiosa com uma profissão definitiva, os quais, num dado momento, abandonam a comunidade de que faziam parte, cortando todo vínculo institucional

com ela. Não se aborda aqui, nem indiretamente, a questão dos sacerdotes que deixaram o ministério, em razão de seu vínculo atual com o celibato. Embora em muitos casos se verifiquem situações semelhantes, trata-se, ver-se-á mais adiante, de coisa muito distinta da vida

religiosa. A decisão afeta um conjunto, ao mesmo tempo, mais preciso (o celibato como elemento constitutivo desta vida) e também mais complexo (outros elementos: compromisso evangélico, comunidade).

As saídas da vida religiosa se multiplicaram nestes últimos anos. Tomaram a feição de um fenômeno inquietante. Sem dispor de estatísticas rigorosas, pode-se afirmar todavia que entre os homens, elas são da ordem de 1,5% a 3% ao ano. O que significa: de cem religiosos, um, dois ou três abandonam a vida religiosa por ano. A saída se realiza de modo regularmente legal. Dispensa-se dos votos com redução ao estado laical para os sacerdotes e depois se vai. As saídas "selvagens" constituem uma proporção mínima.

Se se consideram as estatísticas, o fenômeno não aparece tão alarmante. De um a três por cento não é uma percentagem gritante. Os 97% que permanecem não formam quase uma unanimidade absoluta? O que é novo é a multiplicação destas saídas, é a repetição, é a sua facilidade em plano jurídico. Num passado recente, a obtenção de uma dispensa era uma coisa extremamente rara, sobretudo para os religiosos sacerdotes. Os que recobravam a própria liberdade sem aguardar a solução jurídica tinham de enfrentar uma reprovação geral e aceitar uma ruptura total com sua comunidade e com a Igreja. Por conseguinte, o número de saídas era mínimo. O que hoje impressiona é o aumento relativo destas saídas, muito mais elevado do que em todo o passado da vida religiosa, incluin-

do os períodos de crise, como o da Reforma, por exemplo. O que se apresenta como alarmante não são as cifras absolutas, mas a sua comparação relativa com o passado.

Se indagamos sobre os **motivos das saídas**, vamos encontrar uma multidão de respostas. A razão mais generalizada é que a vida religiosa, como se vive hoje, revela-se carente de sentido, incapaz de dar uma felicidade nem mesmo relativa e que, por conseguinte, não permite justificar um compromisso decisivo. Numa palavra, o religioso não se encontra à vontade em sua situação. A insatisfação pode ter por base a falta de liberdade, de responsabilidade, a necessidade de afeto, a mediocridade do ambiente religioso e cristão em geral. Ocorre ainda que, se incluirmos o fundamento da escolha, a fé no evangelho de Cristo, concluiremos que é muito frágil, quase inexistente, este fundamento. Não se vê como viver uma opção sem raízes.

Por outro lado, apresentam-se ao religioso outras possibilidades: competência e inserção profissionais que o valorizam; autonomia e liberdade de movimento e de decisão; possível criação de uma comunidade conjugal com verdadeiras relações interpessoais no quadro da vida matrimonial. Num plano mais diretamente cristão, pode-se pensar que uma vida mais exposta, com mais confronto com as dificuldades do povo, interpelaria melhor a própria fé que se apresenta demasiado protegida no ambiente religioso. Afinal, seria possível viver mais a fundo certas exigências evangélicas que se encontram como que neutra-

lizadas, sem relevo, no ambiente religioso que, freqüentemente, é aburguesado.

A esta análise sumária se deveriam acrescentar muitos outros detalhes e elementos para que correspondesse a todas as situações pessoais e complexas. Como um todo, entretanto, parece que revela o essencial. Normalmente o que leva à decisão final, ao menos entre os homens, é, na maioria dos casos, a vontade de casar-se. Concretamente, a questão do celibato parece ser o ponto de cristalização de toda uma série de motivos, alguns comuns e, outros, complexos.

Sempre se considerou o abandono da vida religiosa como uma marcha-a-ré, um passo atrás. No passado, a dispensa que regularizava uma tal situação era uma coisa rara. O próprio Santo Tomás de Aquino, no século XIII, afirmava que a Igreja não tinha autoridade para conceder tal dispensa (**Summa, IIa. Ilae q. 88, art. 11**). Esta opinião não é seguida. Mas a prática da dispensa foi muito restringida até uma época bem recente. Praticamente não se concedia a dispensa do celibato aos religiosos sacerdotes, mesmo àqueles que já estavam desligados de seus votos religiosos. Seja como for, a opinião geral julgava com severidade tais casos.

“Quem havia deixado o hábito com dispensa ou sem ela”, era mal visto, mal considerado, julgado sem indulgência. Falar dele em ambiente eclesiástico e religioso era verdadeiro tabu. Este modo de considerar as coisas não é uma atitude recente. Encontra-se nos textos mo-

násticos mais antigos (Pacômio, Basílio, Bento, Francisco de Assis). A saída depois da profissão era considerada uma marcha-a-ré, uma infidelidade a Deus, à comunidade, a si mesmo e se aplicava ao desertor o texto do evangelho de Lucas: “Aquele que põe mão ao arado e olha para trás não é digno do reino de Deus”, Lc 9, 62. **Primeira Regra de São Francisco**, capítulo II; **Segunda Regra**, capítulo II. Era uma atitude que não estava muito longe do anátema.

Nestes últimos anos pode-se falar de uma verdadeira revolução neste terreno. A dispensa tornou-se coisa fácil. Apenas uma formalidade administrativa, concedida de acordo com um prévio pedido, conforme uma recentíssima Instrução. Ainda que as saídas não se dêem sem sofrimento pessoal e sem uma ruptura com o antigo modo de vida, a opinião geral, cristã ou não, é mais tolerante neste aspecto. Por uma razão ou por outra, existem sempre mal-estar, tensões, especialmente junto daqueles que viveram anos seguidos juntos. Passou-se, entretanto, ao menos do anátema do passado ao diálogo. Para alguns este passo pode ser uma evolução natural dos acontecimentos, uma mudança de perspectiva e de orientação, um progresso. Se se levanta a questão da continuidade do compromisso assumido, da fidelidade a uma opção que se considerava definitiva, deve-se, porém, observar que as mudanças profundas de mentalidade obrigam a reconsiderar o problema, a partir de um novo ponto de vista, tanto antropológico como teológico.

Depois desta rápida exposição dos fatos, voltemos à questão do juízo que se deve fazer destas saídas. Deve se abster de qualquer apreciação? Deve-se condenar ou aprovar em bloco? Deve-se limitar a cada caso específico? A menos que se queira afastar-se de qualquer discussão, deve-se reconhecer que qualquer juízo faz referência a certos critérios e a certos valores nos quais pretende apoiar-se e que constituem norma, oculta ou manifesta. Tendo em conta estas afirmações, vamos tentar uma reflexão cristã sobre as saídas da vida religiosa. Disse cristã porque aceitando certos pressupostos que se identificam com a opção mesma da fé e apoian-

do-se neles, esforça-se por discernir o que, à luz da fé, aparece como deserção e infidelidade; como o caminho a seguir, como fundamental e exigência para todos.

Não é fácil com respeito às saídas, adotar um ponto de vista ao mesmo tempo lúcido e exigente, compreensivo e misericordioso. É mais natural enquistar-se numa situação intransigente ou seguir a opinião que somente vê o acontecimento como uma evolução normal da vida. Para sermos mais claros neste assunto começaremos por uma reflexão geral sobre o compromisso da vida religiosa. A partir de então será mais fácil dar um juízo de valor mais equilibrado.

II. A visão cristã a respeito das saídas

1. A possibilidade do compromisso

No centro do debate se encontra a questão do mesmo compromisso. O homem pode estabelecer laços, propor-se uma tarefa, fazer projetos. Nisto todo mundo está de acordo. Mas o homem que é um ser temporal e que desconhece o futuro, pode comprometer-se a permanecer fiel a uma escolha, a uma opção, a uma decisão que tomou hoje? Pode, sem presunção, sem cair na ilusão, afirmar que seguirá sempre a mesma direção? Que permanecerá fiel durante toda a vida a tal pessoa, a tal grupo, a tal opção? Pode afirmar uma tal vontade e pô-la em prática cada dia, sem dar marcha-a-ré? Toda a questão está nisto e todo juízo de valor depende da resposta que se der. Se

o compromisso não é possível, todo o edifício da vida religiosa (como todas as coisas da vida) se desmorona e é inútil prosseguir a discussão. Será bem mais útil gastar o tempo dissipando a ilusão que persistiu durante séculos e que hoje se revela insustentável.

Mas se este compromisso é possível, embora frequentemente raro, e se ele caracteriza o homem e lhe comunica nobreza, nesta hipótese o juízo de valor será muito diferente.

Parece-me que em nome do mesmo homem deve-se afirmar a possibilidade do compromisso. Porque o homem supera o tempo e pode dominar sua duração; porque seu querer, mesmo incerto e frágil, domina as mudanças que o condicionam, pode o homem projetar-se pa-

ra o futuro e comprometer-se a viver, hoje e amanhã, seguindo uma determinada linha e direção. Ademais, nem a fé cristã poderia subsistir sem este pressuposto, porque como poderia dizer sim ao dom de Deus, como poderia permanecer fiel para sempre, se somente Ihe fosse possível viver e comprometer-se por um momento? A fidelidade de Deus, a solidez inquebrantável de seu amor e de seu desígnio sobre o homem são o que suporta e garante a frágil fidelidade do homem. As razões sumariamente indicadas fazem ver onde se encontram, a nosso ver, a raiz da fidelidade: numa visão acertada do homem, de sua relação com Deus e com o seu tempo.

2. Compromisso evolutivo

Afirmamos assim a possibilidade que existe para o homem de vincular-se, de fixar-se numa atitude, de escolher um projeto e permanecer fiel a ele, contra ventos e mares, ao longo da vida. Afirmamos também, na realização concreta deste compromisso, seu caráter progressivo, de um avançar passo a passo, na realização desta decisão, porque o comprometer-se se inscreve no marco da incerteza, da obscuridade, do desgaste da vida diária. Aos poucos, vão se dando passos, sempre mais firmes, entre ondas e redemoinhos opostos. "Escreve-se reto com linhas tortas." Saiba-se, entretanto, que uma linha reta traçada sem nenhuma indecisão, de uma só vez, sem retorno ao ponto de partida, é uma abstração e não uma realidade. Quando se considera uma vida na distância suficiente dos anos,

descobre-se que a fidelidade passa pelas linhas de força desta existência e não por seus detalhes. Pode-se dizer fiel ao seu compromisso, o homem que foi em busca do melhor e do mais profundo de sua vida, em busca daquilo mesmo que entrevia, de maneira obscura, quando optou por sua vocação.

Ademais não se pode considerar o compromisso como um ato único, efeito de uma vez para sempre, uma palavra pronunciada num ponto determinado do tempo; fixa e imutável para sempre. Se o compromisso é uma coisa muito diferente da palavra é porque precisa ser um sim repetido cada dia, partindo de situações diferentes. Um sim pronunciado depois de confrontado com as dificuldades. Renova-se, ou melhor ainda, cria-se uma simbiose com o fato novo e cambiante. O sim da primeira vez é apenas partida, arranco, uma determinação de direção. Como a vida, porém, é um movimento incessante, quem deseja levá-la antes que se arratar por ela, tem de avançar na direção escolhida mediante decisão renovada constantemente.

Observemos, porém, que o avançar do homem, seja qual for a direção escolhida, como ainda a mesma fidelidade a esta direção, está sempre cheio de fracassos e de ambigüidades. O fracasso mais aparente — nem sempre o mais real — é o caso de quem troca de orientação na vida, de quem se desdiz e, até certo ponto, renega a si mesmo. Entretanto, quantos fracassos em vidas aparentemente sem história, sem linhas nem retas nem contínuas. O homem segue um caminho

escolhido, é mediante o impulso de um compromisso renovado sem cessar, sempre em criatividade inventiva, ou vai seguindo simplesmente por costume, por rotina, por incapacidade de ver e de escolher outra coisa distinta? Isto sem falar das marchas-a-ré, da mediocridade, do cansaço.

Como se vê, o compromisso em vias de realização é uma realidade frágil, como o próprio homem que é feito de duas realidades: fracassos e triunfos.

3. A que se compromete o homem na vida religiosa?

Passemos agora das reflexões sobre os princípios gerais para o concreto da vida religiosa. O compromisso não é algo em si mesmo. É aceito e vivo em relação a algumas realidades vivas. Pois bem, a que então o homem se compromete na vida religiosa?

A resposta mais simples consiste em dizer que o compromisso se refere aos três votos: pobreza, castidade e obediência. O abandono, a saída, consiste em desligar-se por pedido pessoal da obrigação assumida na emissão destes três votos. Esta resposta de caráter eminentemente jurídico é demasiadamente simples para ser verdadeira. O compromisso, incluindo a sua forma atual (ele variou através da história) faz referência a uma realidade muito mais ampla do que o campo limitado dos três votos.

Aquilo a que alguém se integra pela profissão religiosa é, antes de tudo, uma forma de vida. É um grupo de homens que se propõem

viver certo número de valores: vida cristã de oração, busca de Deus, comunidade, pobreza, celibato, ministérios a serviço da Igreja e do mundo. A entrada na vida religiosa é uma confirmação e um atestado público desta escolha. O religioso espera viver de então em diante deste modo. Certamente se pode analisar e decompor esta opção global. Segundo os vários períodos históricos, insistir-se-á mais neste ou naquele elemento, considerado na época mais importante em si mesmo. Os três votos estão longe de expressarem o essencial da vida religiosa: fé, oração, comunidade, missão. Sem dúvida, é a isto que cada um se compromete, antes de mais nada, ao optar pela vida religiosa. O valor essencial, como testemunham as experiências originais e as regras religiosas que o manifestam, é sempre a vida cristã no seguimento de Cristo, dentro da fidelidade do evangelho. Para que a decisão, chamada profissão, tenha sentido, é mister que esta decisão se baseie, antes de mais nada, naquilo que se encontra no coração da vida que se escolheu.

Esta vida cristã, assumida em toda a sua seriedade, se encarna concretamente numa forma que a distingue de outras possibilidades igualmente cristãs. Implica a escolha do celibato e, normalmente, engajar-se a um grupo de vida: a comunidade. Parece-nos importante fazer esta distinção entre o elemento central da vida religiosa, que é a exigência cristã evangélica, e seu elemento específico que se expressa no celibato e na comunidade. Um se impõe como chamada a todo crente. O outro é um carisma, dom

de Deus e possibilidade livremente escolhida pelo homem. É certo que a opção do religioso abrange os dois elementos de uma só vez: pretende realizar sua vocação num tipo de vida marcado pelo carisma do celibato. Dito de outro modo: o compromisso religioso é uma afirmação de querer viver a fundo, com radicalidade, a vida cristã numa situação particular (celibato e comunidade) que foi reconhecida como válida e significativa.

4. Reciprocidade do compromisso

O compromisso se refere antes de mais nada àquele que se compromete. É o que dá à vida certo sentido: querer se ater à palavra, imprimindo assim à marcha que avança uma direção, ao menos parcialmente, conhecida e prevista. Para o cristão o compromisso é aceito diante de Deus. Deus é, ao mesmo tempo, testemunha, garantia e copartícipe. Testemunha e garantia porque conhece o coração do homem e é a inspiração misteriosa de suas decisões. Copartícipe, porque também se compromete a provocar, a propor e a purificar a escolha do homem conduzindo-o, em seu amor fiel, ao descobrimento de seu eu autêntico.

Estes são pontos sobre os quais já se escreveu e se falou muito. Insistiu-se menos no compromisso do grupo para com o religioso que vem formar parte dele. Trata-se de uma verdadeira reciprocidade, ou ainda, de um compromisso bilateral. Se o professo se compromete a viver a vida da comunidade em todas as suas dimensões, a comunidade, por

sua vez, se compromete a oferecer-lhe um meio de vida capaz de realizar o evangelho, no qual se exerça o amor mútuo, no qual a cruz dos demais seja aliviada mutuamente ao longo de um caminho comum. Dá-se na profissão algo parecido com o compromisso matrimonial, tendo em consideração, naturalmente, o caráter coletivo de uma das partes. Juntamente com os outros é que eu quero construir meu projeto de vida. Comprometo-me a não faltar e igualmente espero contar com a fidelidade dos outros. Se me separo do empenho comum, o grupo inteiro sofrerá as conseqüências. Se o grupo se afasta da razão de ser de minha união a ele, o grupo já não cumpre sua parte no contrato.

5. Ruptura do compromisso

Todas as reflexões precedentes eram necessárias para se emitir um juízo sobre o abandono da vida religiosa. Em outras palavras: sobre a ruptura do compromisso.

Um homem ou uma mulher optaram por um gênero de vida. Depois de alguns anos de preparação e de reflexão deram um sim definitivo. Diante do grupo que os acolheu, diante de Deus e na presença de homens se comprometeram a viver sempre de acordo com a linha escolhida. Este compromisso, naquilo que tem de mais profundo, se dirigia à experiência mesma da fé evangélica, experiência que constituía o dinamismo essencial da vida religiosa. O professo se comprometia a viver esta exigência dentro de uma comunidade à qual ligava seu destino e à qual se incorporava re-

nunciando, pelo celibato, a formar um lar, uma família.

Mas ao longo de seu itinerário, vai se formando, pouco a pouco, outra decisão que acaba destruindo a eleição primeira. O religioso julga que lhe é impossível continuar o caminho para a frente, na direção marcada até então. Entre debates de consciência difíceis e, algumas vezes, dramáticos, decide abandonar a vida a que se comprometera publicamente e para sempre.

Como julgar um ato como este? É uma evolução normal, um progresso, uma ruptura objetiva do compromisso, um abandono. É suficiente uma decisão pessoal para botar abaixo uma escolha profunda e total? Uma dispensa da autoridade eclesiástica pode conseguir que tudo fique regularizado?

Para maior clareza neste assunto, utilizemos aquela comparação feita pouco antes entre o ponto central do compromisso e seus elementos secundários, incluindo os que parecem essenciais. A escolha fundamental na vida religiosa se centra no evangelho de Cristo, sobre seu seguimento. Não se distingue do compromisso da fé proposto a todo crente. O que procura viver, com uma fidelidade renovada sem cessar, é a aventura da fé, do descobrimento do sentido do homem e do mundo à luz de Jesus Cristo. Não se vê como neste ponto seja possível, ao menos para aquele que se diz cristão e o quer permanecer, não se vê como livrar-se do compromisso, não se vê como mudar na fidelidade.

Pode ocorrer que já não se vê mais com clareza este ponto, que

a fé ou aquilo que se aceitava por fé, se desfez. Em tais condições, se não se trata de uma crise passageira, parece absurda a escolha religiosa e parece que o lógico seria livrar-se dela. Embora estes casos se tornem cada vez mais frequentes, a realidade é que a maioria dos que deixam a vida religiosa parte com a intenção de prosseguir fiéis às exigências cristãs fundamentais. São até numerosos os que pensam que poderão satisfazer melhor estas exigências abandonando o quadro da vida religiosa. Portanto, excetuando os casos antes indicados, o problema a nosso ver, não se põe neste nível. Refere-se aos elementos específicos desta vida, ou seja: à escolha do celibato e da comunidade.

Quando se chega à decisão de abandonar a vida religiosa, não se trata de abandonar a fé ou as exigências evangélicas. Abandona-se o grupo a que se ligara. Cortam-se os laços institucionais e, pela força das coisas, os laços humanos de vida, de proximidade, os projetos comuns. Já não se forma parte do corpo de que era membro. Quase automaticamente o celibato perde seu sentido e o ex-religioso procura uma companheira com a qual possa refazer a vida, separada agora, como está, da comunidade.

Aqui está, parece-se, o nó do problema. A escolha de viver a vida cristã segundo o evangelho concretizou-se ao ligar-se a uma comunidade e ao aceitar o celibato, condição e expressão desta comunidade. Pode-se taxar de infidelidade, de ruptura, de abandono, aquele que muda sua decisão neste ponto?

É preciso voltar às reflexões anteriores. Se o homem pode comprometer-se por toda a sua vida a certos valores — e uma experiência secular demonstra que o pode — desdizer-se, voltar-se atrás, só pode ser um fracasso e uma infidelidade. Um fracasso e uma infidelidade antes de tudo consigo mesmo, uma vez que não soube manter entre as mãos a direção de sua vida. Uma informalidade para com o grupo que precisa de nós e de nosso compromisso para realizar seu projeto. Disso Deus é juiz, ele que perscruta os rins e sustenta a debilidade do homem com sua fidelidade.

Pode acontecer que a comunidade perca a tal ponto o seu dinamismo que se converta num obstáculo para o religioso e absolutamente não seja um apoio para seu caminhar avante. Para se crer, porém, que não há nada mais a fazer, que a situação é desesperada, se requer uma certeza que, normalmente, está muito longe do que se pensa frequentemente. Seja como for, a esperança é sempre uma solução mais positiva do que o afastamento. Pode-se igualmente, em certos momentos, sentir o celibato como um peso pela solidão e pelo desapego afetivo e não como uma possibilidade de novos relacionamentos. Salvo um erro claro e grave na escolha — erro mais freqüente do que se supõe — não se vê como a marcha-a-ré possa ser um progresso. É uma retirada, uma fuga diante das dificuldades.

Por isso, o mais das vezes, considerada objetivamente, a decisão de abandonar a vida religiosa com a qual alguém se comprometeu pú-

blica e definitivamente se revela um fracasso no plano humano e subjetivamente uma infidelidade.

Ninguém, exceto Deus, conhece a fundo o coração do homem. A ninguém é permitido julgar nem condenar as consciências. Mas se pode e se deve pronunciar sobre atos objetivos. Deixando de parte casos particulares, pode-se afirmar que a saída é como um escorregar no escuro, uma divisão na existência.

Se o abandono da vida religiosa é um fracasso objetivo e, na maioria dos casos, subjetivo, seria conveniente aprender o bom uso deste fracasso. Seria mais fácil, sem dúvida, declarar e crer que se trata de um passo normal, positivo, regularizado inteiramente pelo ato da dispensa. Reconhecer que houve um fracasso ou quase um fracasso é coisa mais difícil, embora normalmente seja a realidade. Nada é mais seguro em definitivo do que a verdade. Mais do que se afirmar numa ilusão é melhor saber assumir o fracasso e empreender outro caminho buscando suas melhores possibilidades.

Tanto mais isto é verdadeiro quanto se sabe que mesmo para aqueles que permanecem fiéis e vão avançando ao longo do caminho que para si traçaram, não há uma clareza total e sua fidelidade pode ser vítima de muitas traições e de falhas de outro gênero.

Cada uma destas categorias interpela a outra. Eu que permaneço sou um questionamento, uma interrogação para aquele que se vai. Minha vontade de fidelidade, por outro lado, contesta sua saída e o im-

pede de proclamar que é a mesma coisa permanecer fiel em seu posto ou abandoná-lo. Aquele que se vai me interroga sobre minha fidelidade. Sua ida me obriga a definir-me, a justificar vitalmente meu compromisso, a fazer com que não seja uma rotina mas uma criação contínua. Revela o lado sombrio e ambíguo de meu compromisso, as marchas e contra-marchas que sacodem minha própria vida.

Se os nossos caminhos divergem e se os nossos juízos sobre aquilo que se deve fazer não são idênticos,

encontramo-nos debaixo da cruz do Senhor que nos julga com infinito acerto e, ao mesmo tempo, perdoa o fracasso do pecado que está em cada um de nós.

AS SAÍDAS DA VIDA RELIGIOSA: RETROCESSO OU PROGRESSO, de Frei Thadée Matura, OFM, traduzido do original espanhol, está publicado em **VIDA RELIGIOSA**, revista de estudos, informação e orientação para institutos religiosos, dos Padres Filhos do Coração de Maria. Setembro 1973, página 389 e seguintes.

PARA O RETIRO MENSAL

FREI ALBERTO BECKHÄUSER, OFM

1. Tema para reflexão: A nossa Quaresma

A Liturgia da Quarta-Feira de Cinzas, que abre o tempo da Quaresma, manda proclamar o Evangelho em que Nosso Senhor fala sobre a esmola, a oração e o jejum (Cf Mt 6, 1-6.16-18).

Este Evangelho apresenta, como que em síntese, o programa dos exercícios quaresmais.

Por que oração, jejum e esmola? Oração, ainda se compreende. Mas jejum e esmola? A Igreja renovada do Vaticano II manteve esses exercícios anacrônicos. Coisas de outra! Jejum e esmola ainda têm sentido hoje? Jejum para que? Esmola? Não seria melhor dedicar-nos à promoção social? Muitos talvez coloquem estas ou semelhantes questões.

Vamos tentar descobrir o sentido mais profundo da oração, do je-

jum e da esmola na Liturgia e de modo especial no tempo da Quaresma.

Dizemos que a Quaresma é um tempo forte de conversão, de penitência. Para isso, ela tem sua linguagem, seus exercícios de conversão, seus ritos de conversão. É neste contexto de conversão que devemos colocar também os ritos da oração, do jejum e da esmola, pois eles atingem os principais relacionamentos do homem: o relacionamento último com Deus, o relacionamento com o próximo e o relacionamento com a natureza criada.

1. Oração

Toda a nossa vida deveria ser uma oração, ou seja, uma comunicação com o divino em nós. A oração constitui uma abertura para Deus, para o próximo e para o mundo; uma resposta, um sim de conformidade. Na virtude teologal da

fé, nós dizemos um sim ao Pai na obediência. Procuramos situar-nos sempre de novo dentro de nossa vocação e da nossa missão. O homem se pergunta pela sua vocação, o homem responde à sua vocação, o homem realiza em profundidade sua vocação de comunhão íntima de vida com Deus.

Durante a Quaresma a Igreja convoca os fiéis a se exercitarem na oração, a fim de que toda a sua vida se transforme em oração. Ela evoca o Cristo em oração diante do Pai no deserto e nas montanhas, onde ele passava noites em colóquio. Evocando o Cristo orante, a Igreja torna-se o prolongamento do Cristo orante entre os homens. E desta forma a Igreja vive em atitude de penitência, pois a oração constitui a expressão máxima da conversão.

2. Jejum

Se a oração atinge o relacionamento do homem com Deus, o jejum o coloca em relação às coisas criadas na virtude da esperança.

O jejum não vale pelo que é, mas por aquilo que significa. Aqui não importa o aspecto material do jejum como abstenção de um pouco de comida ou bebida, mas o significado deste gesto.

Ora, no seu relacionamento com a natureza criada o homem é chamado a ser livre, a ser senhor sobre a criação. Pois, muitas vezes nós nos escravizamos ao que nos envolve. Por isso a Igreja convida o homem a realizar um gesto de liberdade e de respeito em relação aos bens criados através do rito do jejum.

Por que do jejum? Porque é na ação do comer e do beber que o homem mais se apodera e apropria das coisas. Ele mesmo, consome a comida; ele a faz tornar-se parte de si mesmo. Não só dela se apodera, mas muitas vezes apoderando-se dela, a ela se escraviza.

Por isso o alimento e a bebida tornam-se símbolo de tudo quanto envolve o homem. A atitude de liberdade e de respeito do homem diante do alimento torna-se símbolo de sua liberdade e respeito para com tudo quanto o envolve e o pode escravizar: bens materiais, riquezas, bens espirituais, qualidades, opiniões, idéias, apegos e assim por diante.

Jejuando, a Igreja evoca o Cristo jejuando quarenta dias no deserto, o Cristo em sua atitude de liberdade e de domínio sobre a natureza e sobre o mal. Evocando-o, torna-o presente hoje. Pelo jejum o homem está se libertando de tudo quanto, envolvendo-o, o pode escravizar. A Igreja constitui o prolongamento do Cristo livre, do Cristo, rei da criação. A Igreja exercita a atitude de liberdade e respeito diante da natureza durante a Quaresma para que os cristãos vivam sempre esta atitude de harmonia com a natureza, para que eles se reconciliem com a natureza criada, usando dos bens para o seu crescimento para Deus. Também aqui temos um exercício de conversão.

3. A esmola

Quando a Igreja convida os fiéis a exercerem a esmola durante a Quaresma, sabe muito bem que não

é pela esmola em si que ela vai resolver os problemas sociais e realizar a promoção humana, mas sabe também que é pelo que a esmola significa que ela vai realizar uma verdadeira promoção humana.

A esmola atinge o relacionamento do homem com o próximo na virtude teológica da caridade.

O que significa a esmola? Esmola significa dar de graça, dar sem interesse, sem egoísmo, sem pedir recompensa. O homem recebeu tudo de seu Criador. Tudo quanto tem, possui porque recebeu. Ora, se Deus dá de graça e se o homem é criado à imagem e semelhança de Deus, também ele será capaz de dar de graça. Ao descobrir que dentro dele existe a sublime capacidade de dar de graça, brota nele o desejo de celebrar esta sublime realidade.

Quando, pois, na Quaresma a Igreja convoca a todos os fiéis a darem esmola, comemora aquele que por excelência exerceu a esmola: Jesus Cristo. Convida o homem à atitude de abertura ao próximo, convida-o a dar de si mesmo, convida-o a servir ao próximo com generosidade e desprendimento.

Ora, neste momento a esmola começa a significar toda esta atitude de doação gratuita. Não só de bens materiais, mas o tempo, o interesse, as qualidades, o serviço, o acolhimento, a aceitação. E todo este mistério de abertura e gratuidade em favor do próximo na imitação de Deus e de Cristo possui então uma linguagem ritual. Tem valor de símbolo.

Pela celebração da esmola a Igreja comemora a generosidade de

Cristo que deu sua vida pelos seus e torna presente Cristo dando-se a seus irmãos em cada cristão, formando o seu Corpo.

Portanto, não é a quantia que importa, mas o que o gesto da esmola significa. Exercitando a atitude da esmola durante a Quaresma, a Igreja quer levar os cristãos a viverem a atitude da esmola durante todo o ano, durante toda a vida. Descobrimos, então, que no exercício da esmola está contida a atitude de conversão, em relação ao próximo.

Devemos, pois, distinguir em tudo isso, o momento ritual, significativo, do momento não ritual em que o homem age individual ou comunitariamente. O rito não é utilitário; não tem finalidade prática, de quantidade, de arrecadação, ele perde sua força. Deixemos o rito ser rito.

Deixaria aqui uma pergunta para nossa reflexão: Qual a atitude que devemos procurar na Campanha da Fraternidade? Deveríamos ter o máximo cuidado para que ela não realce a quantidade se ela quiser permanecer uma praxe quaresmal, se ela quiser ter a força da celebração, o vigor do rito.

II. Questionário para reflexão em grupo

1. O que pode significar jejum para mim pessoalmente e para a minha comunidade?
2. Qual o conteúdo do rito da esmola? O que significa esmola?
3. Como pode a minha comunidade celebrar a esmola na Quaresma?

III. Celebração da Palavra de Deus

1. Acolhimento

D: Irmãos, vivamos a penitência com o Cristo orante ao Pai, o Cristo rei do universo, o Cristo que se deu por nós até à morte.

T: Bendito Seja Deus para sempre.

D: Cantemos, Bendita e louvada seja (Cantos e Orações, n.º 402)

D: Oremos (silêncio)

Concedei, ó Deus, que vossos filhos se preparem dignamente para a festa da Páscoa, de modo que a mortificação desta Quaresma, frutifique em todos nós. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, na unidade do Espírito Santo.

T: Amém.

2. Leituras

Comentarista:

Jesus não condena a esmola, a oração, e o jejum. Ele mostra com que espírito devemos dar esmola, orar e jejuar. Ouçamos a leitura do Evangelho e procuremos entrar no mistério da oração, do jejum e da esmola.

Leitor: Lê Mt 6, 1-18.

Breve silêncio de meditação, seguida de eventual partilha.

Como é que a nossa comunidade pode viver a Quaresma na linha da oração, do jejum e da esmola?

Canto: Senhor, minha luz, minha salvação (Cânticos e Orações, n.º 380).

Leitor: Leitura dos Documentos do Vaticano II, à guisa de reflexão sobre a Quaresma (Sacrossanctum Concilium, n.º 109-110).

Tanto na liturgia quanto na catequese litúrgica esclareça-se melhor a dupla índole do tempo quaresmal, que, principalmente pela lembrança ou preparação do Batismo e pela penitência, fazendo os fiéis ouvir com mais freqüência a palavra de Deus e entregar-se à oração, os dispõe à celebração do mistério pascal. Por isso:

a) Utilizem-se com mais abundância os elementos batismais próprios da liturgia quaresmal. Segundo as circunstâncias restaurem-se certos elementos da tradição anterior.

b) O mesmo diga-se dos elementos penitenciais. Quanto à catequese, seja inculcada na alma dos fiéis, juntamente com as conseqüências sociais do pecado, a natureza própria da penitência que detesta o pecado como ofensa feita a Deus. Na ação penitencial não se omitam as partes da Igreja nem se deixe de urgir a oração pelos pecadores.

A penitência do tempo quaresmal não seja somente interna e individual, mas também externa e social. A praxe da penitência, porém, seja fomentada segundo as possibilidades do nosso tempo e das diversas regiões, como também segundo as condições dos fiéis e seja recomendada pelas autoridades de que se fala no art. 22.

Todavia, sagrado seja o jejum pascal a se observar na Sexta-feira da Paixão e Morte do Senhor, e, se for oportuno, a se estender tam-

bém ao Sábado Santo, a fim de que se chegue com o coração livre e aberto às alegrias do Domingo da Ressurreição.

3. Resposta à Palavra

D: Tendo compreendido melhor o sentido da Quaresma com seus exercícios de conversão expressos na oração, no jejum e na esmola, elevemos nossas preces a Deus para que possamos realizar em nossa vida o que compreendemos com a nossa mente.

1. Para que o exercício mais intenso da oração durante a Quaresma nos leve a transformar nossa vida numa perene comunhão com Deus, roguemos ao Senhor.

2. Para que pelo exercício do jejum sejamos levados ao respeito diante das coisas que nos envolvem, mantendo-nos livres, como Cristo, o rei da criação, roguemos ao Senhor.

3. Para que vivamos em cada dia de nossa vida o espírito da esmola, roguemos ao Senhor.

4. Para que nossa comunidade possa tornar presente à comunidade eclesial o Cristo orante, o Cristo que jejua, o Cristo que se dá gratuitamente, roguemos ao Senhor.

(Intenções livres)

Todos: Senhor Deus, nós vos damos graças porque ano após ano, concedeis a vossos filhos esperar com alegria a festa da Páscoa, preparando-se pela penitência e dedicando-se mais à oração e ao amor fraterno, para que alcancem

a plenitude da filiação divina pela renovação dos mistérios pascaís, nos quais renasceram. Por Cristo, nosso Senhor. Amém.

4. A Linguagem do rito

Agora cada participante, num gesto de doação gratuita, oferece algo que possa servir à comunidade. Talvez do resultado do seu jejum.

D: Cantemos em sinal de conversão ao próximo o canto: De Cristo o Novo Mandamento eu hoje escolho (**Cânticos e Orações, n.º 195**).

D: Sendo a oração a maior expressão de conversão a Deus, aos nossos irmãos e às coisas que nos envolvem, rezemos a oração que Senhor Jesus nos ensinou:

T: Pai nosso...
(Pode seguir a Comunhão Eucarística)

5. Conclusão da celebração

D: Converti para vós, ó Pai, nossos corações, a fim de que, buscando sempre o único necessário, e praticando as obras da caridade, nos dediquemos ao vosso culto. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, na unidade do Espírito Santo.

T: Amém.

D: Que Deus esteja sempre conosco, que nos proteja com seu poderoso auxílio e nos guarde em paz.

T: Amém.

LIVROS NOVOS

Wilges, Irineu, A HISTÓRIA E A DOCTRINA DO DIACONATO ATÉ O CONCÍLIO DE TRENTO. Pontifícia Universidade Antoniana, Roma 1970, 366 pp, 16cm x 23cm.

A obra é uma tese doutoral defendida na Pontifícia Universidade Antoniana de Roma. Apresenta os requisitos de uma obra científica, com ampla e séria bibliografia, não deixando de lado praticamente nada que haja de importante sobre o tema. Dentro dos moldes de uma tese teológica, o campo de investigação foi bem definido: os textos sobre o diaconato do ano mil ao Concílio de Trento inclusive. Período menos pesquisado. As pesquisas tinham sido feitas sobre os primeiros séculos. Não deixa de ser interessante pesquisar exatamente o tempo em que o diaconato tinha perdido muito de sua importância. Segue o método da exposição histórica, procurando localizar os autores no seu tempo. Tal método ajuda-nos a criar uma consciência de maior relativização de muitas coisas, que consideramos definitivas [Introdução, p. 19].

O período estudado é principalmente a Idade Média. Procura-se ver qual foi o pensar da Escolástica sobre a ordem, sobre o diaconato. Para situar a problemática, o autor faz uma introdução sobre a origem do diaconato no Novo Testamento e sua história até o século X. Depois dedica-se mais a fundo ao período do século X até o Concílio de Trento. A mesma coisa faz sobre as qualidades requeridas para o diácono. Num outro capítulo trata da ordem mesma do Diaconato. Sua história, desde o Novo Testamento até o século X, para depois mais longamente tratar do período seguinte. As funções do diácono merecem também um estudo. Dois capítulos vêm completar o estudo: um sobre o arqui-diácono e outro sobre a diaconisa.

O trabalho foi feito com extrema seriedade e acribia. O uso de fontes foi abundante, com rigorosas citações. O aparato científico facilita perceber o rigor do trabalho. As conclusões do autor, ainda que não trouxeram muita novidade em relação às pesquisas já feitas, contudo servem para confirmar, esclarecer pontos com uma mais larga documentação. O autor faz também algumas sugestões interessantes para o dia de hoje. Assim, partindo da reflexão de os apóstolos terem instituído logo um grupo de diáconos, pergunta se não seria melhor também hoje instituir os diáconos em grupos e não isoladamente como se tem feito na nossa Igreja do Brasil para que eles trabalhem juntos e a sustentem espiritualmente? (p. 330)

Chama a atenção para o modelo do diácono na pessoa de Cristo, que veio para servir [**diakonein**] e não ser servido. Cristo é o protótipo do diácono.

O diácono começou a perder sua importância na medida em que a eucaristia começou a ser celebrada isoladamente. Não seria importante hoje voltar a uma celebração mais preparada em que o diácono tivesse uma verdadeira função, preparando a liturgia e não mero leitor do evangelho? [p. 331]. Sugere uma redescoberta da valorização da continência, também de certo modo para o diácono, não como exigência de pureza legal, mas como um sacrifício ou oferta que o diácono faz ao Senhor em certas épocas, de serviço ou por exemplo na quaresma [p. 334].

São interessantes certas reflexões diretamente relativas ao problema do diaconato como ordem. O autor parece defender a idéia de que não se deve poupar o sacramento, mas dá-lo aos que querem exercer funções permanentes na Igreja. Não vê isso de modo nenhum como clericalização da Igreja. Pergunta mesmo: não será um luxo desperdiçar o diaconato, que é sacramento, que imprime caráter, que dá a graça sacramental [p. 340]? Discorda da posição de confiar tais funções a leigos, pois ordená-los diácono não é clericalizá-los. Esta foi a longa tradição da Igreja, de confiar ordens sacramentais a quem exerce função permanente. Por que se afastar de tal tradição?

Deixa também aberta, antes expressa simpatia, para uma ordenação de mulheres. Não seria novamente oportuno que a Igreja ligasse certas funções exercidas pelas mulheres ao serviço da Igreja, ao sacramento? [p. 350].

O que talvez eu lançaria de menos em tais conclusões seria certa simplificação da problemática e uma menor consideração de razões culturais, psico-sociais de hoje que dificultariam, até mesmo desaconselhariam esta maior sacramentização das funções. Seria necessário uma revisão mais profunda da eclesiologia e da sacramentologia e não simplesmente

alterar assim superficialmente certas formas do ministério. O problema se encontra em nível mais profundo, como H. Legrand expôs amplamente em: **Nouvelles Formes de ministères dans les communautés chrétiennes**, Pro Mundi vita, Colloquium, 1973.

Entretanto a obra, como pesquisa séria, é sugestiva, importante para os que estão à frente da Igreja e para o povo fiel, a fim de perceber um pouco da vida da Igreja e assim se lançarem à tarefa criativa que o momento presente pede. Toda criação que desconhece a história arrisca de ser superficial, cometer erros que se poderiam evitar. Daí que este trabalho histórico veio enriquecer a temática do diaconato, que, logo depois do Concílio teve uma efervescência e agora parece já está caindo no olvido. O livro nos vem acordar para esse problema, para o que talvez não tenhamos dado a importância que merecia ou cujo verdadeiro caminho de valorização ainda não encontramos.

J. B. Libânio

BH — Prof. de teologia na UCMG

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO

DE ADULTOS, Vanilda Pereira Paiva.

Edições Loyola. Ano 1973. Páginas 368.

Este livro, publicado sob os auspícios do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), é uma contribuição à história da educação brasileira.

É um estudo histórico-descritivo que trata da educação popular e da educação de adultos no Brasil. Os dados foram pesquisados a partir de duas hipóteses básicas: a de que a promoção da educação do povo entre nós, sempre esteve ligada às tentativas de recomposição ou de sedimentação do poder político e das estruturas sócio-econômicas e a de que a educação dos adultos é considerada em conjunto com a educação popular (enquanto difusão do ensino elementar) até a Segunda Guerra Mundial, quando ela passa a ser tratada como um problema independente, mais específico, e para ela se voltam as atenções daqueles

que pretendem utilizar a educação em função de objetivos políticos definidos.

Através da história educativa brasileira e com base na afirmação dos promotores de programas ou de elementos favoráveis à difusão da educação popular, o estudo tenta identificar as diversas abordagens do fenômeno educativo (o entusiasmo pela educação, o otimismo pedagógico, o realismo em educação) e com elas se relacionam às tentativas de utilização da educação para a consecução de objetivos políticos.

Finalmente assinala as décadas de 20 e 60 como os períodos que correspondem à tecnificação do campo educacional, seja do ponto de vista pedagógico (anos 20), seja do ponto de do planejamento da educação (anos 60).

Crédito-

Aceites cambiais, empréstimos e financiamentos, refinanciamentos através do PIS, FINAME, FIPEME, FIMACO, empréstimo em moeda estrangeira, avais e garantias, leasing, crédito direto ao consumidor.

Distribuição e venda-

Letras de câmbio, certificado de depósito a prazo fixo, fundos de investimentos, ações e debêntures, incentivos fiscais, títulos governamentais.

Investimentos -

Emissão e registro de títulos, administração de valores, custódia de títulos, participação acionária, underwriting, administração de fundos de investimento, operações em bolsas de valores, certificado de depósito de valores mobiliários em garantia.

**O Denasa
presta todos
os serviços
de um banco de
investimento.
E está entre os
10 grandes.**

O-Banco Denasa tem uma equipe de técnicos pronta para oferecer a você a melhor solução.

Especialistas no mercado de capitais, fazem um atendimento rápido e eficiente de todos os serviços de um banco de investimento.

Na hora de escolher, pense grande. Escolha um dos 10 maiores. O Denasa, por exemplo. O do atendimento especial:

Conselho de Administração

Presidente

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Conselheiros

Lucas Lopes

Baldomero Barbará Filho

Louis Steurman

Lutz G. de Souza Lima

Victor Nunes Leal

Fernando Geraldo Simonsen

Mme. Lilliane V. Schneider

Diretoria Executiva

Presidente

Baldomero Barbará Neto

Vice-Presidentes

Rodrigo P. de Pádua Lopes

Rodolfo E. Antici

Carlos Alberto Mendes

Henrique Souza Lima

Diretores

Roberto Lima Neto

Lúcio Santos Pereira

Marcos Milliet

José Guilherme Padilha

Cel. Mucio Scorzelli

Diretoria Adjunta

Carlos Murilo F. dos Santos

Wladimir Rioli

Júlio Rego

Evandro F. Paiva

Banco Denasa de Investimento S.A.



Denasa - Desenvolvimento Nacional S. A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

Denasa S. A. - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Denasa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A.

Denasa Leasing S. A.

Denasa Marketing e Comunicação Ltda.

Denasa Sistemas e Métodos S. A.

Denasa Imobiliária S. A.

Denasa São Paulo Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Ltda.

Denasa Corretora de Seguros Ltda.

Rio de Janeiro - Rua da Alfândega, 28 - Tel.: 244-5022

São Paulo - Rua da Consolação, 368 - Tels.: 256-8696 - 256-7880

Belo Horizonte - Av. Augusto de Lima, 150 - Tel.: 26-9751 e

Av. Amazonas, 311 - 7º andar - Tel.: 22-1577

Brasília - Edifício Gilberto Salomão - Setor Comercial Sul - Bloco M

Lojas 3 e 6 - Tels.: 24-8609 - 24-9609

Porto Alegre - Rua dos Andradas, 1332 - 2º andar - Tel.: 24-1140